

POVO LIVRE

Director: José Luis Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolive@psd.pt

Um desastre social!

Pela primeira vez ultrapassada
a barreira dos 8% de desemprego



Destaques:

O fiasco socrático dos 83% de investimentos falhados

Página 2 e seguintes

Miguel Macedo denuncia “governamentalização” da RTP

Em “Actividades do PSD”

Cavaco decidiu: Eleições na Madeira a 6 de Maio

Em “Notícias da Madeira”

Debate mensal com o PM, no Parlamento

Isto é um desastre social! 453 Portugueses por dia perderam emprego nos últimos três meses de 2006

No último debate mensal com o Primeiro-Ministro, no Parlamento, que Sócrates entendeu subordinar às questões de segurança, falou pela Oposição, em primeiro lugar, como lhe compete pelo regimento, o nosso Presidente, Luís Marques Mendes, que disse, apos c cumprimentar os presentes:

A segurança é essencial. É essencial dentro do nosso país e é essencial para a imagem que projectamos lá fora.

É essencial cá dentro para a defesa e para a tranquilidade dos cidadãos e é muito importante a imagem de país seguro que projectamos lá fora, no exterior, porque ajuda a captar investimento e porque ajuda a atrair novos turistas ao nosso país.

Neste quadro, modernizar, reorganizar e reestruturar o sistema e as forças de segurança é um instrumento importante — não será o único, mas é essencial. Acompanhamo-lo, por isso, nessa preocupação.

Chamo, contudo, a sua atenção para alguns aspectos básicos: por um lado, o da necessidade de manter a autonomia das forças de segurança, isto é, a necessidade de manter a PSP e a GNR como forças autónomas; e, por outro lado, saliento a necessidade de, nesta reestruturação, não descurar o interior do País. Em nome de qualquer eficácia técnica, não se pode desguarnecer ou menosprezar a realidade social do interior do nosso país.

Depois, é necessário ter-se especial cuidado e atenção com a integração da Brigada de Trânsito, pela sua particular especialização e pelo trabalho notável que tem desenvolvido. Como se deve ter atenção, simultaneamente, com os serviços de informações, dando-lhes mesmo prioridade. Hoje, a criminalidade é cada vez mais sofisticada e serviços de informação credíveis são absolutamente essenciais para ajudar a este combate!

Tudo isto sem esquecer, naturalmente, a motivação dos agentes e dos militares das forças de segurança, componente fundamental para o sucesso de qualquer reestruturação.

Espero, portanto, em síntese, que esta reestruturação seja feita com mais inteligência, com mais sensatez e com menos disparates do que a recente



reestruturação dos serviços de urgência de saúde em Portugal.

A segurança é essencial, como disse, mas os portugueses estão hoje ainda mais preocupados com a economia, com a saúde e com o emprego, até porque uma má economia e um aumento do desemprego contribuem sempre para o aumento da insegurança e da criminalidade.

Ora, ao fim de dois anos os portugueses já não querem anúncios ou promessas, mas, sim, resultados. Ao fim de dois anos, o que os portugueses vêem nestes domínios são maus resultados, desde logo, na economia. Portugal teve, em 2006, um crescimento económico que corresponde a menos de metade do crescimento da União Europeia e que equivale a um terço do crescimento da nossa vizinha Espanha.

«86% dos investimentos que o senhor prometeu estão por cumprir. Isto é um fiasco!»

Tivemos o pior crescimento económico de toda a União Europeia. Repito: tivemos o pior crescimento económico de toda a União Europeia! Em resumo, estamos mais longe da Europa e, assim, os portugueses estão a perder.

Tivemos maus resultados em matéria de investimento. Há sete trimestres consecutivos que o investimento, em Portugal, está a cair. Há 21 meses consecutivos que está a baixar! Há um ano, precisamente há um ano, o Sr. Primeiro-Ministro e o seu «insubstituível» Ministro da Economia anunciaram com toda a pompa ao País 23 novos grandes investimentos. Um ano depois, feitas as contas, só três é que estão concretizados e 20 estão por realizar. Isto é, 86% dos investimentos que o senhor prometeu estão por cumprir. Isto é um fiasco! Assim não se cria riqueza!

Maus resultados nestes dois anos tem o País, no que ao poder de compra das famílias diz respeito. O poder de compra dos portugueses baixou nestes dois anos 4,7% — e estes são números oficiais — em relação à média europeia. Tal significa que o nível de vida dos portugueses está mais longe do nível de vida dos europeus. Na comparação com os europeus, os portugueses estão mais pobres. Esta é a realidade que afecta todo o País.

Maus resultados também são os que se observam no domínio da saúde. A saúde está hoje pior do que estava, está mais cara, está mais difícil e está mais distante das pessoas!

É quase óbvio e natural!

Mais um exemplo a acrescentar

aos que têm sido dados é o dos medicamentos. Nestes dois anos, e mais uma vez recorrendo a números oficiais, constato que os medicamentos aumentaram de preço 6,6%. Tal afecta toda a gente, mas quem mais sofre com esta situação são os idosos, os pensionistas e os reformados. Assim não se faz justiça social!

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, maus resultados são, sobretudo, os do domínio do desemprego. Esta é a factura mais pesada da política que o senhor tem conduzido ao longo destes dois anos. O desemprego está a subir em Portugal e este é um fenómeno muito preocupante. É mesmo dos mais preocupantes. Há dois anos o senhor fez a grande promessa de criar 150 000 novos postos de trabalho. Pois bem, a taxa de desemprego não estagnou nem diminuiu: subiu para 8,2%, de acordo com os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística! Feitas as contas, em dois anos houve 73 novos desempregados por dia! E que dizer do último trimestre de 2006, que, há um mês atrás, o senhor se mostrava muito curioso em conhecer?

No último trimestre do ano que passou houve 41 000 novos portugueses a caírem no desemprego.



Foram 453 portugueses por dia a ficar sem emprego nos últimos três meses de 2006. Ora, isto é um desastre social, Sr. Primeiro-Ministro!

Nos últimos tempos, o senhor tem andando muito ocupado a tentar «apagar fogos» na área da saúde ou em manobras de propaganda no domínio da justiça mas já era tempo de ter tido uma palavra sobre esta matéria e de ter assumido a responsabilidade (porque tudo isto já é responsabilidade) pelo incumprimento das suas promessas e pelo exagero e erro da sua política ao longo dos últimos dois anos. Esta é que é a verdade!

«É falhado e não pode estar em funções um governo que deixa taxa de desemprego chegar a 7,1%» – dizia Sócrates há um ano! E agora, já vai em 8,2%! O que dirá?

Depois, tenho à minha frente uma informação que quero aqui recordar. No último comício, antes das últimas eleições legislativas, o senhor dizia que era inaceitável estar em funções um governo que deixava a taxa de desemprego chegar a 7,1%, e que isso só podia ser obra de um governo «falhado» — são palavras suas!

Então e agora, Sr. Primeiro-Ministro? Agora a taxa de desemprego já não é de 7,1% mas de 8,2%!... O senhor já não acha isto inaceitável?! Isto já não é fruto de uma política errada e de um governo falhado?!...

Sr. Primeiro-Ministro, a verdade é esta: é difícil encontrar um governo tão injusto e é difícil encontrar um Primeiro-Ministro com tanta insensibilidade social.

Por isso, concluo, dizendo que em dois anos houve muitas promessas, muitos anúncios e muita propaganda, mas resultados, nem vê-los! A situação está hoje (infelizmente) pior do que há dois anos. Temos menos economia, menos investimento, menos saúde e menos poder de compra, mas temos mais aumentos de impostos e mais, muito mais, desemprego.



Este é o balanço, o resultado de dois anos da sua governação, de um Governo que ainda se diz de esquerda e que ainda se arvora de ter consciência social!

Na resposta, Sócrates, como habitualmente, evitou as verdadeiras questões levantadas pelo nosso presidente e, ou respondeu “ao lado” ou recorreu à sua conhecida técnica atacar malcriadamente o Homem, já que as ideias se sustentavam por si... Quem o ouviu, sentiu-se regressar às descrições da Câmara dos Representantes, por Eça de Queiroz, em “Uma campanha alegre”, que reflectiam a ausência de argumentação coerente e sua substituição por “insultos”.

Na sua réplica, Marques Mendes afirmou:

... Começamos pela saúde e pelas urgências: a única coisa que constato é que o senhor sabe ler, e ler com atenção, os meus textos, o que muito me satisfaz. O que o senhor não sabe, depois, é fazer reformas e passá-las à prática. Isso não sabe!!!



Um partido responsável como o PSD nunca diria «não se faz a reforma dos serviços de urgências». Mas há uma coisa de que tenho a certeza: de facto, eu não faria a reforma atabalhoada e arrogante, da forma como esta está a ser feita. Isso, nem pensar!!!

De facto, o grande problema é esse, sabe Sr. Primeiro-Ministro? Tudo atabalhoado! De resto, ainda há instantes, o senhor acabou de dizer que nada será feito sem garantir que os doentes que precisem de uma urgência tenham uma urgência à sua disposição, pelo menos, em 60 minutos. Ó Sr. Primeiro-Ministro, mas o estudo fala em 40 minutos! [mesmo 40 minutos, para um AVC, p. ex., é uma eternidade, é a diferença entre a vida e a morte! – Nª Redacção] E o problema, depois, é toda a aplicação. Como é que está a ser feita a aplicação desta matéria na reestruturação das urgências? Está a ser feita, em primeiro lugar, com uma arrogância



inqualificável. Em segundo lugar, está a gerar uma intranquilidade nos serviços e uma insegurança nas pessoas. Em terceiro lugar, está a ser feita sem que tenham sido calculados os dados essenciais e sem garantir previamente alternativas adequadas e sem garantir mesmo que, do papel à prática, não há desfazamentos.

Dou-lhe um exemplo em concreto: anteontem, uma televisão fez uma reportagem de um trabalho jornalístico em Valença em que, aplicando o modelo que o Governo propõe, já depois de empreendidas as mexidas que o Governo propõe, um determinado cidadão que se sinta mal demorará duas horas — 120 minutos — até ao local de destino!

Não fui eu que disse! Não fui eu que disse!

Isto significa que tudo está a ser feito de forma atabalhoada.

Segundo: tudo isto está a ser feito também sem fazer um estudo do impacto que teriam ou terão nas novas urgências aquelas que se extinguem. Ou seja: se se extingue uma urgência e os doentes vão para outra, se a outra, por exemplo, já «rompe pelas costuras», evidentemente que, em vez de se resolver um problema, criam-se dois.

Numa palavra, Sr. Primeiro-Ministro: a reestruturação que o senhor está a mandar o seu «insubstituível» Ministro da Saúde fazer, é uma reforma que tem sido ditada por um espírito de arrogância e que tem sido conduzida com instabilidade, com insegurança e de uma forma atabalhoada, completamente atabalhoada!!

E o último momento de atabalhoamento foi este: o Governo disse uma coisa e, nos últimos tempos, recuou. Para ele, finalmente, os autarcas já eram importantes e, por isso, recuou. Tudo isto podia ter sido feito de outra forma, se tivesse havido equilíbrio, inteligência, bom senso e sentido de justiça. Esta é a nossa diferença!

Quanto ao desemprego, Sr. Primeiro-Ministro, eu fiquei chocado ao ouvi-lo. Chocado!!

E, por isso mesmo, acrescento o seguinte: acho que o senhor já não é um exemplo de insensibilidade social, acho que o senhor está mesmo autista! Autista!!

O senhor está autista!!

O senhor não vê que a taxa de desemprego está a subir e que estamos em 8,2%?!...

O senhor é o único português que não vê!

Quer que lhe recorde aqui uma coisa? O senhor, há um mês atrás, dizia que estava muito ansioso pelos dados do último trimestre de 2006 do Instituto Nacional de Estatística.

Estas foram palavras suas. Quer que lhas recorde?

Pois bem, aí estão os dados: a taxa é de 8,2%, que é a taxa de desemprego mais alta dos últimos 20 anos! Sr. Primeiro-Ministro, dos últimos 20 anos! Sabe quanto é que isto representa por dia? Representa três novos desempregados por dia!

O senhor é especialista em prometer, e depois, em nada cumprir. Nada cumprir do que promete. Isso já todo o País também percebeu.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, ainda por cima num dia em que 408 trabalhadores de uma empresa aqui, no Seixal, são despedidos, acho que é de muito mau gosto essa sua tentativa de dizer que está tudo no bom caminho. No bom caminho, Sr. Primeiro-Ministro?! Este, de facto, é um exemplo da sua maior insensibilidade social. Esta é a factura da política que o senhor está a seguir!

E sabe porquê? O senhor é especialista em prometer, e depois, em nada cumprir. Nada cumprir do que promete. Isso já todo o País também percebeu.

Pois bem! Entre não cumprir esta promessa ou não cumprir aquela promessa (e são tantas feitas e não cumpridas, que a escolha é difícil...) digolhe que teria sido bem melhor se o senhor não tivesse cumprido a promessa das SCUT e tivesse introduzido portagens onde elas não existiam, em vez de aumentar o IVA.

Sabe porquê? É porque se, em vez de aumentar o IVA, o senhor introduzisse portagens o resultado seria o mesmo, mas reduzia-se a despesa, não se penalizavam as pequenas e médias empresas e não se gerava desemprego. Por isso é que — quando o senhor hoje vem aqui com uns números que querem fazer parecer que, de facto, tudo está bem — eu fico chocado.

Com o seu Governo sucedeu uma outra coisa em Portugal, que já não acontecia há muitos anos: o regresso da emigração, agora com um “e”.

Sabe, Sr. Primeiro-Ministro? Já são milhares de portugueses que não conseguem trabalho em Portugal e que têm de sair para Espanha e para outros países à busca de um emprego.

(E esses contam nas estatísticas, por saem dos números do desemprego... e já são

perto de 100.000).

E se o senhor que, de vez em quando, faz tantas visitas pelo País, tivesse um bocadinho de atenção e fosse, por exemplo, ao norte de Portugal, veria todas as manhãs carinhas e carrinhas, a transportar portugueses para Espanha, com regresso ao fim da tarde de sábado!

Concluo, Sr. Presidente, dizendo apenas que o que mais me choca, ainda mais do que os resultados, porque o que eu apresentei aqui foram factos, e «*contra factos não há argumentos*», é a falta de humildade, a arrogância, a insensibilidade, a falta de justiça e o autismo de um Primeiro-Ministro, que acha que vai tudo no bom caminho, quando, infelizmente, Portugal vai de mal a pior”

Marques Mendes foi muito aplaudido, com o Grupo Parlamentar, em pé, a homenagear a acuidade e a força da sua intervenção. A intervenção seguinte do PSD, veio do Deputado Fernando Negrão, que disse:

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor traz-nos hoje nove propostas que pretende que consubstanciem um programa de reestruturação das forças de segurança, propostas estas que merecem a nossa concordância de princípio.

Porém, uma coisa é aquilo que está contido no papel e outra coisa é fazer sair as medidas do papel e integrá-las na nossa vida de todos os dias. Por isso, e como disse V. Ex.^a, estamos cá para ver.

Sr. Primeiro-Ministro, a nossa concordância de princípio não impede que tenhamos objeções. As medidas propostas dizem respeito à racionalização das estruturas da PSP e da GNR, tratando de uma e de outra e, inclusive, destacando soluções organizacionais de uma, que seriam importantes noutra. Ou seja, a sensação que temos é de estarmos a tratar da reorganização de duas forças de segurança que, embora autónomas, pouco ou nada se diferenciam uma da outra.

Por isso, pergunto-lhe: como se fará a formação conjunta dos oficiais da PSP e da GNR? Na Academia Militar ou na Escola Superior de Polícia, uma vez que isso fará toda a diferença?

Ainda uma outra pergunta, Sr. Primeiro-Ministro: nas medidas propostas foram tidos em conta os enquadramentos históricos não coincidentes, as competências nem sempre similares, bem como o carácter civil da PSP e o carácter militar da GNR?

E aqui não posso deixar de referir a criação anunciada do sistema integrado de segurança interna, medida esta que constitui um bom princípio. Merecem-nos, porém, algumas dúvidas a circunstância de o respectivo secretário-geral poder concentrar em si a direcção, o comando e o controlo, mesmo em



certas circunstâncias, das forças de segurança, serviços de segurança e outros. Poderá consubstanciar ou existir um excesso de poder nesta figura. Aguardemos!

Quanto à investigação criminal, também competência da GNR e da PSP, é sabido que, com a entrada em vigor da Lei de Investigação Criminal, não se procedeu à devida adaptação nas leis orgânicas para contemplar os respectivos departamentos ou unidades. Pergunta-se: está prevista sua criação na lei?

Todos sabemos que o actual sistema de contacto com as polícias, por exemplo, a burocracia que rodeia a mera apresentação de uma queixa, se constitui como um motivo de afastamento dos cidadãos das forças de segurança.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe: está prevista a informatização e desburocratização dos serviços internos das forças de segurança que evitem a transformação do cidadão vítima de um crime, em cidadão vítima da burocracia?

Para finalizar, Sr. Primeiro-Ministro, numa altura em que a violência no meio escolar é uma realidade com dimensões que vão para além da própria escola, já se tendo alargado às zonas circundantes às escolas, bem como aos próprios trajectos dos alunos e professores entre as suas casas e as escolas, pergunta-se: o que pode esperar-se da reorganização agora apresentada no sentido de reforçar os tradicionais programas especiais da Escola Segura?

A terceira volta pertenceu Deputado Arménio Santos, actual Secretário-geral dos TSD, que perguntou:

Senhor Primeiro-Ministro, permita-me que volte a uma questão que já aqui foi abordada, o

desemprego.

Falo-lhe sobre este tema numa linha de seriedade, que gostaria de ver observada, pois foi V. Ex.^a que, há dois anos, inundou o País com cartazes que prometiam a criação de 150.000 postos de trabalho. Os resultados que o INE apurou demonstram, porém, que só por milagre essa promessa poderá ser cumprida. Julgo, portanto, que o Sr. Primeiro-Ministro devia estar hoje a explicar as razões das suas dificuldades em cumprir essa promessa e as razões do fracasso da sua política de emprego ou, em alternativa, a pedir desculpa por ter prometido uma coisa que, seguramente, sabia de antemão que teria muitíssima dificuldade em cumprir.

É nestes termos, que gostaria de lhe dizer, de forma muito simples, que neste domínio não pode haver meias palavras nem desculpas com o passado, porque, se assim fosse, teríamos de ir a outros passados também bastante recentes, como os «pântanos» de que V. Ex.^a, na altura, fazia parte.

É inquestionável que hoje há mais desemprego do que havia há dois anos atrás. Esta é uma realidade inofismável. Hoje, o desemprego atinge 8,2% da população, estando nessa situação 458.600 pessoas. Hoje há mais 46.000 desempregados do que havia há dois anos atrás e a taxa de desemprego é a mais elevada dos últimos 20 anos. Contra isto, Sr. Primeiro-Ministro, não há argumentos! São factos!

Destes 458.600 desempregados, 56.500 têm habilitações de nível superior. O desemprego de longa duração, composto pelos desempregados que se encontram nesta situação mais do que um ano, registou um aumento de 15,2% face ao terceiro trimestre de 2006.

Um aumento de 15,2% que corresponde a mais 31.000 desempregados! O desemprego de muito longa duração, com uma

duração superior a dois anos, atingiu 127.600 pessoas, apresentando um crescimento homólogo de 20,6%. Estes números, Sr. Primeiro-Ministro, mostram, do meu ponto de vista, a falência completa da política de emprego do Governo que V. Ex.^a lidera.

Acresce que, nos últimos dois anos, emigraram para o estrangeiro cerca de 145 000 portugueses na plenitude das suas capacidades de trabalho. São 145 000 pessoas que emigraram em busca do emprego que o País lhes nega. Se esses portugueses permanecessem em Portugal, o desemprego atingiria hoje o impressionante número de 603 000 pessoas! Como tal, Sr. Primeiro-Ministro, o seu Governo pode orgulhar-se de ser o campeão do desemprego, que é um título negro e triste. Mas a forma fria e socialmente insensível com que o senhor encara este problema é, para nós, assustadora.

Na nossa opinião, é necessário apostar numa política económica orientada para dinamizar a economia real, as micro – pequenas – e médias empresas, em detrimento dos anúncios “show-off” e de mega projectos. É necessário repensar urgentemente todas as medidas e todos os instrumentos da política de emprego, da formação e da reinserção profissionais. É preciso criar condições para que o País cresça, porque só com a economia a crescer acima da média da União Europeia é possível dar resposta a este problema do desemprego, o mais grave que, em termos sociais, aflige o nosso país!

Foram estas as intervenções do PSD neste debate, que ficou marcado por falta de capacidade de Sócrates de responder directamente e convincentemente às nossas perguntas, disfarçando o seu – por vezes bem visível – incómodo, com violência verbal e respostas “lateralistas”, que no entanto, não enganaram ninguém! – Compilação da Redacção do PL



Governamentalização da Informação

PSD acusa Governo de “apertar controlo” sobre RTP

O secretário-geral do PSD, Miguel Macedo, acusou hoje o Governo de “apertar o controlo sobre a RTP”, estação que considera estar a passar de “televisão pública a televisão oficial do Governo”.

“A RTP está a passar de televisão pública a televisão oficial do Governo, o Governo dá ordens à RTP e os profissionais da RTP submetem-se”, criticou Miguel Macedo, em conferência de imprensa na sede do PSD.

O dirigente do PSD considerou que “este tipo de manipulação, significa que, em tempo de dificuldades, o Governo está a apertar o controlo sobre a RTP”.

O Secretário-geral social-democrata garantiu que o PSD irá fazer uma participação à Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC), referindo-se a dois casos concretos, verificados segunda-feira à noite na estação pública.

“O que ontem se passou na RTP foi indescritível: primeiro, o Telejornal teve em directo o ministro da Justiça minutos a fio, depois de ter direito a uma reportagem”, criticou Macedo, considerando que na entrevista “nada havia de novo” em relação à reportagem sobre a cerimónia de apresentação de resultados de dois anos da Justiça.

Mas, para Miguel Macedo, o mais gravoso foi o programa da RTP “Prós e Contras”, já por outras vezes criticado pelo PSD, e que segunda-feira teve por tema a reforma das urgências.

“Foi a manipulação total”, acusou Macedo, considerando que o programa “foi feito à medida do ministro da Saúde” Correia de Campos.

“De um lado estava a comissão de reforma das urgências, do outro médicos. Na segunda parte, à socapa, sem ter sido anunciado, entrou o ministro da Saúde”, disse, considerando que esse “formato inédito” constituiu “um desequilíbrio total” a favor do Governo.

O secretário-geral do PSD salientou ainda que nenhum partido da oposição foi convidado para o programa e, logo, “nunca existiu nenhum contraditório político” às palavras do ministro Correia de Campos.

“O ‘Prós e Contras’ da RTP está a transformar-se num tempo de antena do Governo”, acusou, garantindo que o PSD “não deixará passar” estas situações sem uma denúncia pública.

Questionado sobre a

responsabilidade da RTP nesta situação, Miguel Macedo fez questão de distinguir os trabalhadores da televisão dos responsáveis da estação pública.

“Este tipo de coisas não se pode fazer sem a convivência dos responsáveis da RTP”, frisou.

“A RTP é paga por todos os portugueses, não é só pelos militantes do PS”, acrescentou. - **Fontes: Povo Livre, Lusa, TFS**

Regina Bastos e Luís Rodrigues, pedem explicações a Correia de Campos sobre as urgências em Vendas Novas

O PSD solicitou explicações ao ministro da Saúde sobre a proposta de encerramento das urgências em Vendas Novas (Évora), considerando que as populações locais “não podem viver na angústia de não saber o que lhes acontecerá”.

Num requerimento apresentado na Assembleia da República e hoje divulgado, os deputados social-democratas Regina Bastos e Luís Rodrigues lembram que a proposta inicial da rede de serviços de urgências, divulgada em Outubro de 2006, previa a criação de um Serviço de Urgência Básica (SUB) em Vendas Novas.

No entanto, o relatório final da comissão técnica para a requalificação e redistribuição geográfica da rede de serviços de urgência, apresentado a 01 de Fevereiro, já não prevê um SUB para Vendas Novas, onde as actuais urgências são prestadas pelo Serviço de Atendimento Permanente (SAP).

Nas últimas semanas, a população de Vendas Novas participou numa vigília junto ao centro de saúde e numa marcha lenta pela Estrada Nacional (EN) 4, em protesto contra a perspectiva de fecho das urgências na cidade.

No requerimento dirigido ao ministro da Saúde, Correia de Campos, os dois deputados do PSD perguntam se vai ou não ser criado um SUB no centro de saúde de Vendas Novas, se passará a dispor de imagiologia e análises clínicas e se a unidade será reforçada com mais médicos e enfermeiros.

O anúncio feito pelo Governo, alegando diminuição de processos pendentes em Justiça, é propaganda leviana



O PSD classificou de “propaganda demagógica e leviana” o anúncio de que o número de processos pendentes nos tribunais diminuiu 0,4 por cento, atribuindo a descida à saída de determinados processos dos tribunais.

“Não há, infelizmente, nenhuma melhoria em matéria de rapidez no funcionamento da Justiça”, afirmou o secretário-geral do PSD, Miguel Macedo, em conferência de imprensa na sede do partido.

Atribuindo a descida de 0,4 nos processos pendentes à saída dos tribunais dos processos relativos à descriminalização dos cheques sem cobertura com montante igual ou inferior a 150 euros e à extinção do processo de execução de contas com montante inferior a 400 euros, Miguel Macedo classificou os números revelados pelo Governo como “propaganda demagógica e leviana”.

“Se esses processos já não são tratados nos tribunais, claro que há menos processos nos tribunais. Mas isso não significa justiça mais rápida. Afirmar isso é apenas um exercício de propaganda”, acrescentou.

De acordo com os dados do Ministério da Justiça, o número de processos pendentes nos tribunais portugueses diminuiu 0,4 por cento nos últimos dois anos, o que acontece pela primeira vez na última década.

“Sempre que o Governo se encontra em dificuldades recorre a doses maciças de propaganda para mascarar a realidade”, sublinhou Miguel Macedo, considerando que, “infelizmente”, não há “nenhuma melhoria em matéria de rapidez no funcionamento da Justiça”.

“Há propaganda a mais e rapidez na Justiça a menos”, acrescentou o secretário-geral social-democrata.

Ainda segundo dados divulgados pelo ministério da Justiça, a redução das férias judiciais para um mês resultou num aumento de 57,3 por cento do número de processos concluídos em Julho, Agosto e Setembro de 2006.

As férias judiciais de Verão, tradicionalmente gozadas entre 16 de Julho e 14 de Setembro, foram encurtadas para um mês - Agosto -, com o novo regime a ser experimentado pela primeira vez em 2006 e a motivar críticas de profissionais ligados aos tribunais.

Logo depois de divulgada esta notícia, a Ordem dos Advogados e a associação dos Juizes, vieram a público dizer que as declarações do Governo não correspondiam à verdade, que eram enganosas, que as mudanças no período das férias judiciais não tinham tido reais efeitos práticos e que, de qualquer forma, a percentagem de 0,4% não tem qualquer representatividade! – **PL, PSD**



“[O ministro da Saúde] parece já ter recebido orientações superiores para só decidir no próximo Verão, ao contrário do que antes garantiria”, afirmam os deputados do PSD.

Porém, alegam, as populações de Vendas Novas “não podem viver mais meio ano na angústia de não saber o que lhes acontecerá, para mais conhecendo a forma errática como também este processo vai sendo conduzido pelo ministro da Saúde”.
– PL, PSD

No «rescaldo» do referendo sobre o aborto

Miguel Relvas (PSD) acusa PS de partidarizar elaboração da nova lei

O deputado do nosso Partido, Miguel Relvas, defensor do “sim” no referendo sobre o aborto, acusou hoje “os partidos da esquerda”, em especial o PS, de terem partidarizado a elaboração da nova lei, excluindo os deputados dos restantes partidos.

O líder parlamentar socialista, Alberto Martins, anunciou hoje que o PS PCP, BE e “Os Verdes” chegaram a acordo sobre os termos da nova lei sobre o aborto e que a sua proposta conjunta foi entregue na Comissão de Assuntos Constitucionais.

Miguel Relvas disse à agência Lusa que foi convidado a subscrever o diploma que despenaliza a interrupção da gravidez até às dez semanas já depois deste estar redigido e que rejeitou o convite por se recusar “a ser a cereja em cima do bolo”.

O social-democrata acusou PS, PCP e BE de se terem reunido para

conciliar posições sobre a nova lei, tornando-a “uma proposta orgânica de três partidos da esquerda” e transformando “numa lógica partidária o que não tem uma lógica partidária”.

“Perderam uma boa oportunidade para alargar o leque. Prestaram um mau serviço”, considerou o deputado do PSD, acrescentando que “nesta matéria o principal responsável é o



PS”.

O líder da bancada socialista, Alberto Martins, “desde as jornadas parlamentares do PS, indiciou o comportamento que iria ter”, sustentou Miguel Relvas.

“Desenganam-se se pensam que vão fazer isto às escondidas e sem debate na sociedade”, acrescentou.

“Ninguém fará a lei por nós”, declarou Alberto Martins nas jornadas do PS, dois dias após o referendo, anunciando que não haveria aconselhamento obrigatório na lei para as mulheres e que seria incluído um período de reflexão “naturalmente curto”.

Miguel Relvas afirmou que “muitos outros deputados” que

defenderam o “sim” no referendo, como é o seu caso, e mesmo alguns apoiantes do “não” à despenalização do aborto “gostariam de ter participado” na elaboração da nova legislação.

Esse processo deveria ter tido “a mesma lógica” da campanha para o referendo de dia 11, uma lógica não partidária, em que deputados do PS, PSD e BE se juntaram em

movimentos cívicos pela defesa da despenalização, defendeu. Sobre o conteúdo da proposta entregue hoje, Miguel Relvas declarou que reserva a sua posição “para a votação em plenário”.

O PSD vai apresentar proposta para consagrar aconselhamento obrigatório

O líder parlamentar do PSD anunciou entretanto, que o nosso partido irá apresentar uma proposta relativa à regulamentação da nova lei sobre o aborto, defendendo a consagração do aconselhamento “obrigatório e dissuasor”.

“A regulamentação deve manter a intervenção do Estado”, afirmou o líder da bancada, Luís Marques Guedes, em declarações aos jornalistas à saída da reunião do grupo parlamentar.

Criticando a proposta apresentada pelo PS, PCP, BE e “Os Verdes” sobre a nova lei por ser “violadora do que foi o debate referendário”, Marques Guedes adiantou que o diploma a apresentar pelos sociais-democratas irá no sentido de defender a “intervenção do Estado”, através da consagração do “aconselhamento obrigatório e na perspectiva dissuasora”.

“O Estado não deve nunca demitir-se da defesa do direito à vida”, sublinhou.

Questionado sobre os aspectos que o PSD não concorda no texto acordado pelos partidos que defenderam o “sim” no referendo, Marques Guedes referiu, como exemplo, a não consagração do “aconselhamento obrigatório da mulher numa perspectiva dissuasora”.

Aliás, acrescentou, a consagração do aconselhamento à mulher que queira abortar foi assumida por deputados socialistas durante a campanha para o referendo, nomeadamente por Maria de Belém Roseira.

“Queremos que o livre exercício do direito à mulher para aborto seja um exercício esclarecido e informado”, sublinhou o líder da bancada social-democrata, insistindo que o aconselhamento deverá ter como objetivo “a prevenção do aborto”, “sem pôr em causa a liberdade da mulher”.

Marques Guedes adiantou, ainda,

Colóquio sobre “Corrupção”

Souto Moura, Santos Cabral e Franco Frattini numa organização do PSD encerrada por Marques Mendes e pelo Comissário da Justiça da CE

O ex-Procurador-Geral da República Souto Moura, o antigo director da Polícia Judiciária Santos Cabral e o comissário europeu Franco Frattini foram três dos oradores no colóquio sobre corrupção, organizado pelo PSD, que se realizou na segunda e terça-feira passadas.

O colóquio “Prevenir e Combater a Corrupção”, que se realizou em Cascais, começou segunda-feira ao início da tarde, cabendo ao líder parlamentar social-democrata, Luís Marques Guedes a intervenção da abertura.

O primeiro painel, intitulado “Combate à Corrupção na Administração Central e Local”, foi moderado pelo deputado social-democrata e antigo director da Polícia Judiciária (PJ) Fernando Negrão e teve como oradores o presidente da Câmara de Cascais, António Capucho, o juiz-conselheiro e ex-director da PJ Santos Cabral e o presidente da Câmara do Porto, Rui Rio.

Ainda na tarde de segunda-feira, teve lugar o segundo painel, dedicado ao tema “Combate à Corrupção associado à contratação pública e aos concursos públicos”.

Nesse painel houve intervenções da advogada e líder da distrital de Lisboa do PSD Paula Teixeira da Cruz, o juiz-conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça Lourenço Martins e o procurador-geral adjunto do Tribunal de Contas, António Cluny.

Na terça-feira, realizou-se um único painel: “Impacto da Corrupção no desenvolvimento sócio-económico e medidas de prevenção”.

Foram oradores convidados do painel, o antigo Procurador-Geral da República Souto Moura, o investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) Luís de Sousa e o magistrado Thierry Cretin.

Encerraram o colóquio, ao final da manhã de terça-feira, o vice-presidente da Comissão Europeia e comissário para os Assuntos Internos e da Justiça, Franco Frattini e o líder do PSD, Luís Marques Mendes. – Fonte: Lusa



que esta proposta será “subscrita pela generalidade dos deputados” do PSD, que terão liberdade de voto na “votação final da lei”.

Na quarta-feira, as deputadas independentes da bancada socialista Maria do Rosário Carneiro, Teresa Venda e Matilde Sousa Franco também já entregaram no Parlamento propostas de alteração à lei sobre o aborto.

Uma das alterações defendidas por estas três deputadas refere-se à introdução de “um factor de ponderação” para as mulheres que queiram interromper a gravidez.

O texto entregue no Parlamento pelas deputadas socialistas determina que sejam informadas “sobre o significado da intervenção, o respectivo procedimento, consequências, riscos e possíveis efeitos psíquicos, bem como sobre as alternativas sociais que apoiem a eventual prossecução da gravidez”.

Proposta do PSD para alterar Estatuto da Carreira Docente



O PSD apresentou na sexta-feira uma proposta sobre o estatuto da carreira docente, defendendo o princípio da promoção por mérito depois de uma “avaliação rigorosa” e rejeitando a divisão entre professores titulares e docentes de “segunda”.

“Esta proposta é um desafio ao Governo para dar um sinal para pacificar e dar outra motivação aos professores”, disse o deputado Pedro Duarte, em declarações aos jornalistas no Parlamento, no final de uma reunião entre o líder do PSD, o líder da bancada social-democrata e alguns deputados.

Segundo Pedro Duarte, o diploma “mantém o princípio da avaliação, premiando o mérito dos professores”.

“As progressões na carreira não devem ser automáticas, mas deve haver uma promoção por mérito, depois de uma avaliação rigorosa”, salientou o deputado.

No diploma, os socialistas defendem também o fim das promoções dadas “por critérios administrativos e burocráticos”, acrescentou Pedro Duarte.

Por outro lado, a proposta do PSD determina o fim da “divisão entre os professores titulares e os professores de segunda”.

A divisão da carreira em duas categorias (professor e professor titular), com quotas estabelecidas para subir de escalão e aceder à segunda e mais elevada, é uma das principais mudanças trazidas pelo documento promulgado há cerca de mês e meio e que tem sido alvo de grande contestação por parte de todos os sindicatos do sector.

Com a aplicação das novas regras, o ingresso na carreira passa a depender de uma prova de avaliação de conhecimentos e competências, seguindo-se um período probatório com a duração mínima de um ano lectivo, durante o qual o trabalho do candidato é supervisionado e avaliado por um professor titular - a entrada nos quadros faz-se apenas com uma avaliação Bom.

Para aceder à categoria de titular, a mais elevada da nova carreira, os professores terão de cumprir, pelo menos, 18 anos de serviço, também com classificação igual ou superior a Bom, tendo igualmente de conseguir aprovação numa outra prova pública de aptidão.

Mesmo cumpridos todos os requisitos, os docentes poderão, ainda assim, não conseguir aceder àquela categoria, a que só podem pertencer um terço dos professores de cada agrupamento de escolas.

Ainda em matéria de Educação, o PSD acusou, no dia 1 de Março, o Governo, de “autismo” em relação à violência contra professores, admitindo associar-se à proposta da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE) que pretende transformar as agressões a docentes num crime público.

Na semana passada, dois professores de escolas do Porto foram agredidos por alunos, tendo necessitado de tratamento hospitalar.

Apesar de considerar as agressões “inaceitáveis”, a directora regional de Educação do Norte, Margarida Moreira, defendeu, contudo, que a agressão a professores “não é um problema frequente” nas escolas do Porto, pelo que, em sua opinião, “o que aconteceu foi uma coincidência temporal que despertou a atenção da opinião pública”.

“A afirmação desta responsável ilustra bem a completa insensibilidade e irresponsabilidade política do Governo em relação à violência escolar”, acusou o deputado do PSD Sérgio Vieira, numa

declaração política na Assembleia da República.

O deputado social-democrata exigiu ao Governo socialista “que abandone a posição de “desvalorização e autismo” em relação ao fenómeno da violência escolar e recordou os números divulgados terça-feira pelo Observatório de Segurança Escolar.

“No ano passado, 390 professores foram vítimas de agressões, 362 dentro da escola”, frisou, acrescentando que se registaram no ano lectivo 2005/2006 mais de 5.200

actos de violência praticados em estabelecimentos de ensino.

Para o PSD, a proposta da FNE de uma alteração legislativa que transforme as agressões a professores em crimes públicos “merece ser discutida pela Assembleia da República”.

Também o CDS-PP, pelo vice-presidente da bancada Nuno Magalhães, afirmou a sua disponibilidade para estudar esta proposta da FNE e associou-se às críticas do PSD ao executivo socialista. – Fontes: Lusa, TSE, DN, GP/PSD

A eventual saída de Paulo Macedo “é uma má notícia”, afirma Duarte Pacheco

O PSD criticou hoje a eventual saída de Paulo Macedo do cargo de director-geral dos impostos, considerando que “é uma má notícia” da responsabilidade “exclusiva” do Governo socialista.

“A confirmar-se, é uma má notícia da responsabilidade exclusiva do engenho Sócrates e do PS porque elaboraram uma lei errada, uma lei estúpida”, criticou o deputado do PSD Duarte Pacheco, em declarações à Agência Lusa.

O Expresso on-line noticiou que o director-geral dos Impostos, Paulo Macedo, já acordou com o ministro das Finanças que vai abandonar o cargo que ocupa desde 2005.

No entanto, questionado em Bruxelas pelos jornalistas, Teixeira dos Santos não confirmou a informação e disse que a situação se mantém como estava, ou seja, ainda não existe uma decisão sobre este processo.

Os condicionalismos legais à recondução de Paulo Macedo - nomeado em 2004 por Manuela Ferreira Leite e reconduzido desde então - surgiram quando foi publicada, em Agosto de 2005, uma lei que estabelece como limite de remuneração para os altos dirigentes do Estado o salário do primeiro-ministro (cerca de 5.360 euros).

Paulo Macedo recebe um salário bruto mensal da ordem dos 21 mil euros - fixado na altura da sua nomeação - quase quatro vezes a actual remuneração do primeiro-ministro.

Para o PSD, a lei criada pelo Governo PS “não premeia o mérito, nem tem a capacidade de atrair os melhores para a administração pública”.

“Quando foi nomeado o dr. Paulo Macedo, o PS protestou da forma mais bizarra, mas o tempo veio mostrar que a escolha era boa”, sublinhou Duarte Pacheco, destacando os resultados obtidos pelo director-geral dos impostos no combate à fraude e evasão fiscais.

“O combate à evasão e fraude fiscais devem ser prioridade de qualquer Governo e lamentamos a saída de quem a promove”, reforçou.

Segundo o site do semanário Expresso, “a decisão será formalizada provavelmente ainda esta semana por Teixeira dos Santos, que tenciona anunciar na mesma altura o substituto de Paulo Macedo”.

O Expresso refere que Teixeira dos Santos tentou encontrar outras formas de remuneração que permitissem a Macedo continuar, mas sem infringir aquela lei.

“Macedo, contudo, não aceitou e vai regressar ao seu lugar de origem no Millennium BCP, banco de que é quadro superior”, acrescentou. – Fonte: Lusa



Intervenção sobre o Estatuto de Carreira Docente

Deputado Emídio Guerreiro
Assembleia da República, 2 de Março de 2007



(...)

A proposta do Governo de Estatuto de Carreira Docente que hoje apreciamos é claramente uma má solução. Não pretende dignificar a carreira dos docentes, não valoriza socialmente a função de docência, não valoriza o mérito nem o desempenho de cada professor.

Apenas pretende dar resposta à grande preocupação deste Governo: poupar dinheiro, ou seja é uma solução meramente economicista.

Ao longo do processo de negociação tornou-se claro para todos que o Governo nunca quis ouvir os parceiros. Nunca quis ouvir os professores e os seus representantes.

Para a Ministra e a sua equipa a questão era simples: era preciso poupar dinheiro e para o fazer gizaram uma tática simples: dois anos a diminuir o papel e a função do professor, a responsabilizá-los do estado da educação, a chamar-lhes preguiçosos e faltosos, generalizando os maus exemplos, a acenar aos pais, a desvalorizar a contestação e, em tempo recorde, a aprovar um novo estatuto que divide os professores em duas categorias e que recorre a truques administrativos para fixar e determinar a progressão da carreira.

(...)

Desta actuação deliberada do Governo não resultaram nem ganhos para as escolas nem ganhos para os jovens alunos! O sucesso educativo passa por termos Docentes empenhados e motivados. Não basta dizer-se que a escola deve estar centrada nos alunos, deixando passar a ideia que este desígnio é incompatível com estar do lado dos professores!

A escola deve estar centrada nos alunos e para isso precisa de bons, empenhados e motivados professores! Só assim se conseguirá o sucesso educativo!

Depois de dois anos de guerra permanente o Governo de forma autista aprova um novo estatuto que ao invés de tranquilizar a escola vem incendiar de novo a situação!

(...)

É disto que estamos a tratar. De uma proposta que é má, que é autista e que não promove o mérito, que não motiva e que não dignifica nem a autoridade do professor, nem a função social da docência!

(...)

Diz o Governo e parte do PS, que o novo estatuto pretende promover o mérito e avaliação de desempenho. Dizem que a poupança não é o fim último da proposta.

Nada mais falso e nada mais contraditório.

E como é ridículo ouvirmos o



Primeiro-Ministro a afirmar que os militares não chegam todos a gerais ou a afirmar que os portugueses não entendem que não haja avaliação para os professores! No mínimo é preciso não ter memória do seu próprio passado. Aliás esta amnésia estende-se a muitos dos actuais membros do Governo e a grande parte dos Deputados da maioria.

O Estatuto que o Governo pretende substituir previa mecanismos de avaliação bem rigorosos. Todos nos recordamos de quão difícil era ascender ao 8º escalão. A prova era difícil, o júri externo era rigoroso e era necessário possuir requisitos mínimos para se poder candidatar à prova. Em 1998, o Governo, do qual o Eng. Sócrates fazia parte, acabou com esta avaliação. Substituiu o rigor da avaliação externa por uma autoavaliação a ser analisada pelo Conselho Executivo!

O que esteve em causa então não foi o rigor, não foi premiar o mérito, não foi criar um sistema mais justo de avaliação de desempenho!

O que motivou este facilitismo tipicamente socialista foi a procura dos votos dos professores nas eleições de 1999 onde o PS procurava a maioria absoluta!

O resultado desta tentativa de conquistar votos a todos os custos foi que em menos de 10 anos, aplicando as regras socialistas, cerca de 40 % dos professores estão nos escalões de topo!

Em 1998 ao Eng. Sócrates e ao PS não interessava uma cultura de rigor na avaliação de desempenho! Nem se comparava a carreira docente com o exército!

Senhoras e senhores deputados do PS nessa altura, e permitam-me que vos recorde, o que interessava era conquistar votos.

E é por essa razão que torna-se

difícil acreditar que os mesmos protagonistas queiram agora privilegiar o mérito e o rigor! É por isso que fica mal ao Eng. Sócrates invocar o exército e a necessidade de criar um modelo de avaliação quando ele participou na extinção da avaliação que existia. Não parece nem é sério!

(...)

Temos assim que o PS de hoje quer remediar o erro que o PS de ontem criou.

E uma vez mais optou mal. As opções que faz neste estatuto são tão erradas como as alterações que em 1998 introduziu no anterior estatuto.

Dividir a carreira em duas, criando professores de primeira e de segunda pode resolver o problema financeiro, mas não premeia nem o mérito nem impõe uma cultura de rigor na avaliação de desempenho. Na verdade ao prever que anualmente serão definidas administrativamente por despacho conjunto do ME e do MF as quotas quer para as vagas de professor titular quer para as notas qualitativas a atribuir no processo de avaliação, o Governo mata o processo de avaliação de desempenho! Arrasa por completo a justiça que um processo de avaliação de desempenho deve conter!

Para que haja justiça é fundamental que à partida, no início da carreira todos os docentes possam aspirar a chegar ao topo. Não apenas por tempo de serviço, mas cumprindo patamares de exigência que privilegiem o mérito e a competência. É fundamental para a motivação e para o empenho dos professores que assim seja. Os bons devem poder chegar ao topo. Os maus devem ser penalizados.

O que não faz sentido é que seja o Governo a determinar anualmente quantos excelentes pode haver em cada escola e depois ainda quantos destes excelentes podem progredir na carreira.

E depois estranha-se que pela primeira vez na história da nossa democracia todos os sindicatos estejam unidos e coesos. E como se pode estranhar a reacção de dezenas e dezenas de milhares de professores em múltiplas acções de rua!

(...)

O PSD vem para este Debate, com um propósito muito claro: contribuir construtivamente para atenuar o clima de perturbação nas nossas escolas, o sentimento de desprestígio dos professores e o ambiente de desqualificação do nosso ensino.

Fazemo-lo, apresentando uma proposta muito concreta! A questão é muito simples:

O Governo afirma os princípios

da exigência, da avaliação e de promoção do mérito. Mas fica-se pelas palavras...

O PSD afirma esses mesmos princípios, sem qualquer diferença.

Mas não se fica pelas palavras. Concretiza esses princípios!!!

É esta a grande diferença:

O PSD propõe que se apliquem, de facto, os princípios da exigência, da avaliação e da promoção do mérito nas carreiras dos professores.

O Governo, se não aprovar as propostas do PSD, limitar-se-á a ceder a critérios administrativos que desmobilizam os nossos professores, prejudicando, assim, a qualidade do ensino.

Se o Governo e o PS pretendem resolver mais do que um problema financeiro, se o Governo e o PS pretendem um estatuto que valorize o rigor o mérito e a avaliação de desempenho,

Se o Governo e o PS querem um estatuto que valorize a função da docência e que mobilize e motive os professores, têm uma excelente oportunidade de emendarem os erros que cometeram ao longo deste processo.

As nossas propostas de alteração ao Estatuto do Governo vão nesse sentido. Uma só carreira, com escalões bem definidos e com processos de avaliação que privilegiam a exigência e o mérito. Propomos a existência de instrumentos de avaliação rigorosos, com o recurso a avaliadores externos.

Uma só carreira, à partida ao dispor de todos mas onde apenas os melhores chegarão ao topo. Sem quotas. Sem artifícios administrativos. Apostando tudo nos patamares de exigência definidos para cada escalão, que aumentam conforme a carreira avança. Com júris de avaliação externa nos escalões de topo.

Exigência. Mérito. Competência. Avaliação.

São estes os quatro eixos que entendemos serem determinantes para a progressão da carreira.

Sem expedientes burocráticos. De forma rigorosa mas transparente.

Se o objectivo do Governo é, ao contrário de 1998, privilegiar o rigor e a avaliação, tem nas nossas propostas o caminho para uma carreira docente que se pretenda rigorosa, exigente mas justa e livre de truques administrativos.

Saibam ter a humildade democrática de reconhecer que não tomaram as melhores opções e acolham as propostas que podem repor o rigor, a motivação e a paz nas escolas.

(...)



Intervenção no debate à Fraude e Evasão Fiscais

Deputado Miguel Frasquilho
Assembleia da República, 01 de Março de 2006

(...)

Encontramo-nos a debater um tema particularmente importante para o nosso país: o combate à fraude e à evasão fiscais. As projecções conhecidas apontam para que a chamada “economia informal” gere um produto de cerca de 22% do PIB, um valor de que não nos podemos orgulhar e que na Europa a 15 só a Itália e a Grécia ultrapassam.

É imperioso que todos cumpram as suas obrigações fiscais. Desta forma, ajudar-se-á a tornar o nosso sistema fiscal mais competitivo e atractivo, com efeitos benéficos sobre a economia, desde as contas públicas ao crescimento económico, à promoção do emprego e a uma maior justiça social.

De acordo com o relatório divulgado pelo Governo, têm vindo a registar-se, recentemente, progressos assinaláveis no campo do combate à fraude e evasão fiscais.

Este “recentemente” inclui os últimos 2 ou 3 anos, como as estatísticas do relatório agora apresentado confirmam.

Progressos que foram iniciados na anterior legislatura, pelos XV e XVI Governos, e que o actual executivo – e bem – não deitou fora. Como já em diversas ocasiões o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais referiu, este Governo aproveitou, nesta matéria, muito do que de bom tinha sido deixado pelos Governos anteriores. É um mérito, que deve ser assinalado. Não fica mal, a qualquer Executivo que seja, louvar o que de bom os seus antecessores fizeram e continuar o trabalho que vinha sendo desenvolvido e que, é hoje consensualmente reconhecido, ia no caminho certo. E aliás, seria absolutamente descabido considerar que só após o dia 12 de Março do ano passado, quando o actual Governo tomou posse, teriam sido dados os passos que permitem que existam hoje progressos nesta matéria. Pois se o relatório em discussão aponta os avanços registados em 2005, é evidente que as diversas decisões e acções que foram desenvolvidas nos anos anteriores tiveram relevância crucial.

Relembro aqui apenas dois passos fundamentais, entre muitos outros que poderia citar, e que teriam igualmente relevância na matéria: (i) o início, em 2004, finalmente, e depois de vencidas todas as forças de bloqueio, e de muitas tentativas abortadas, do cruzamento de dados entre a Administração Fiscal e a Segurança Social; (ii) e a nomeação do actual Director-Geral de Contribuições e Impostos, no segundo trimestre de 2004.

Neste ponto, em particular, não posso deixar de recordar a firme condenação do então maior partido da



Oposição, hoje no Governo, o Partido Socialista, a esta contratação, essencialmente devido ao elevado salário que o futuro Director-Geral iria auferir. Lamentável, essa postura, de condenar sem dar oportunidade para que os resultados aparecessem. E os resultados apareceram mesmo, como é hoje amplamente reconhecido, mesmo pelos recursos humanos que compõem a Direcção-Geral de Contribuições e Impostos. Aliás, o próprio facto de este Director-Geral se manter ainda em funções – e esperamos que assim continue por muitos e bons anos – é a prova provada do desacerto da posição que na altura o Partido Socialista tomou. E que, uma vez no Governo, se viu na obrigação de “esquecer” ou “engolir”, e, apelando ao bom senso, fazer marcha atrás.

Aliás, Senhor Presidente e Senhores Deputados, basta consultar este Relatório para nos apercebermos que a eficiência fiscal, medida como a diferença entre a taxa de crescimento da receita cobrada pela Administração Fiscal e a taxa de crescimento nominal do PIB, cresceu 2.2% em 2004, consolidando-se para 3.3% no ano passado. E oxalá este registo possa ser ainda mais positivo no futuro. Mas atenção, Senhores Deputados: é que em 2005 existiram dois efeitos que mascaram o resultado obtido.

Desde logo, a descida da taxa de IRC de 30% para 25%, que produziu os maiores efeitos em 2005, e que, ao invés de um decréscimo da receita deste imposto que tinha inicialmente sido estimado em cerca de 500 milhões de Euros, se cifrou, afinal, em pouco mais de 150 milhões de Euros. Sem dúvida devido aos esforços no combate à fraude e evasão fiscais que foram implementados, quer de natureza fiscalizadora, quer inspectiva, quer preventiva. No entanto, como é por todos reconhecido, o simples facto de uma taxa de imposto ser reduzida leva a que a propensão que existe para a fuga e/ou a fraude seja naturalmente menor, o que ajudou, igualmente ao resultado obtido. Isto, claro, para além

dos efeitos benéficos que causa sobre a economia, dinamizando a actividade, criando mais empregos, e elevando o nível de bem-estar da população

Já no sentido oposto vai a subida generalizada de impostos, de que destaco o aumento do IVA de 19% para 21%, de que o PSD discordou e discorda aberta e frontalmente, e que não só não é dissuasora de uma menor fraude evasão fiscais – muito pelo contrário – como tem, ainda, e como advertimos que iria suceder, efeitos muito nefastos na economia. É sabido que a área fiscal é uma daquelas em que as medidas decididas mais rapidamente fazem sentir o seu efeito, pelo que, para o verdadeiro marasmo em que a nossa economia se encontra, também ajudou o fortíssimo aumento da carga fiscal decidido. Que, é claro, contribuiu para que, no último trimestre de 2005, tivéssemos, infelizmente, atingido uma taxa de desemprego de 8%, um *record* – negativo, já se vê – em quase 20 anos, e que nos leva a aproximar perigosamente de um valor que não há memória em Portugal: 500 mil desempregados.

Não foi só nas regiões fronteiriças que o efeito da subida da carga fiscal foi sentido, ainda que aí o tenha sido de forma particularmente violenta; não! Foi generalizado sobre a economia, dificultando a actividade das empresas, tornando-as menos competitivas, hipotecando o seu futuro, e, claro, mas infelizmente, contribuindo para uma subida do desemprego que, estou certo, não fora a subida dos impostos, seria menor do que se tem vindo a registar. E porque somos solidários para com as populações que sentem na pele este problema, nunca deixaremos de apontar o dedo acusador ao Governo. Até porque sempre nos manifestámos contra este tipo de política – que, para além de tudo o mais, ainda fez com que o Governo pudesse mascarar o número do défice para 2005, e não tivesse cortado “a sério”, como o devia ter feito, na despesa pública, “emagrecendo” o peso do Estado na economia. Que é a única forma de, a médio e longo prazo podermos ter finanças públicas saudáveis, uma condições necessária para podermos aspirar a um nível de crescimento e de desenvolvimento económico sustentadamente superior, com consequências positivas sobre os níveis de emprego e o bem-estar da população em geral.

Uma última reflexão, que não poderia deixar passar em claro, diz respeito ao facto de, estranhamente, neste relatório, nem por uma única vez, a expressão “sigilo fiscal” ser mencionada. Mas então não era o levantamento do sigilo fiscal a “grande

bandeira” deste Executivo para combater a fraude e evasão fiscais? Quantas vezes ouvimos os dois Ministros das Finanças que este Governo já teve, bem como o Primeiro-Ministro, referirem que seria através da quebra do sigilo fiscal que os maiores progressos seriam feitos? Pelo contrário, durante o debate do Orçamento do Estado para 2006, em Novembro último, o PSD apresentou uma proposta que alargava o âmbito do levantamento do sigilo bancário e não do sigilo fiscal, com o fim de ajudar a combater a fraude e evasão fiscais. Ora, essa proposta foi rejeitada pelo Partido Socialista, maioritário nesta Assembleia. Qual não é o nosso espanto quando agora, neste relatório, a incidência é enorme na área do sigilo bancário, mas nem uma palavra existe sobre o sigilo fiscal.

É evidente para nós que o Partido Socialista mudou de ideias. Reconheceu que não ia no caminho certo. Mas foi pena que se tenha perdido uma oportunidade para facilitar a acção das autoridades e combater mais eficazmente a fraude e evasão fiscais, como a proposta que apresentámos em Novembro último visava.

E isto mostra também que nesta, como noutras matérias, não existe um rumo definido, não há uma estratégia concreta – há, isso sim, um mar de indecisões e um corruio de hesitações e meias-voltas que, obviamente, baralham a população e não contribuem para melhor governar o país.

(...)

Congratulamo-nos com os progressos efectuados em matéria de combate à fraude e evasão fiscais, com a continuação, por parte do actual Executivo, das políticas que, nesta área, tinham sido iniciadas na anterior legislatura. Esperamos também que os bons resultados se mantenham e que o aumento da receita fiscal no futuro provenha exclusivamente desta área, ao contrário do que sucedeu em 2005, com o já referido aumento generalizado de impostos – para que, quanto antes, e recorrendo igualmente à imperiosa simplificação do nosso complicado sistema fiscal, se desagrave a nossa fiscalidade de molde a torná-la, e ao país, mais competitivos.

Ao mesmo tempo, não é menos verdade que os “zigzagues”, recuos e indefinições que também nesta área registamos e que já referimos, são particularmente preocupantes e exigem que, mais do que nunca, nos mantenhamos atentos à actividade governativa.

Porque desta forma, decididamente, não se está a contribuir para dar um futuro melhor aos Portugueses.

(...)



Intervenção sobre a violência escolar

Deputado Sérgio Vieira
Assembleia da República, 2 de Março de 2007-03-02

Ao longo desta semana teve ampla cobertura noticiosa a agressão a dois Professores que receberam tratamento hospitalar, em duas escolas, no Porto.

Estas agressões foram efectuadas por encarregados de educação, uma Mãe e um Avô, de alunos destes dois Professores.

A propósito destes lamentáveis e censuráveis incidentes, a única resposta que se ouviu de um responsável do Governo foi a da Directora Regional da Educação do Norte.

A Senhora Directora da DREN, Margarida Moreira, afirmou, a propósito destas agressões, o seguinte - e passo a citar - “a agressão a professores não é um problema frequente” e que “o que aconteceu foi uma coincidência temporal que despertou a atenção da opinião pública”.

Ora, a afirmação desta responsável do Ministério da Educação ilustra bem a completa insensibilidade e irresponsabilidade política, por parte do Governo, em relação à violência nas escolas.

Como é possível afirmar-se que estas agressões não são problemas frequentes na mesma semana em que conhecemos os números do Observatório da Segurança Escolar?
(...)

Os números apresentados, esta semana, à Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, por parte do Observatório para a Segurança Escolar, deveriam merecer, do Governo e dos seus responsáveis na área educativa, mais atenção e, sobretudo, mais acção.

No ano passado, 390 Professores foram vítimas de agressão, e a sua maioria – 326 - agressões efectuadas dentro da Escola.

No ano passado, as Escolas deram conta de mais de 5.200 actos de violência praticados nos estabelecimentos de ensino e imediações, contra Alunos, Professores e Funcionários.

No ano passado, foram comunicados mais de 2.100 casos de *bullying* entre alunos, ou seja, intimidação física ou psicológica continuada.

No ano passado, mais de 1.000

Escolas, no Norte e em Lisboa, participaram acções de roubo ou vandalismo sobre as suas instalações e equipamentos.

Este quadro não pode continuar a ser ignorado pelo Governo do Partido Socialista, e desvalorizado por parte dos responsáveis da área da Educação.

A situação é de tal ordem que, quer o Conselho Nacional de Educação, quer vários sindicatos defendem já a consagração do crime de ofensas corporais aos professores como crime público.

E esta é uma proposta que, ao contrário do que pensa a Senhora Ministra da Educação, merece ser discutida e levada muito a sério.

(...)

É certo que a Assembleia da República tem dado especial atenção a esta questão.

A Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura irá promover, na próxima terça-feira, um Colóquio sobre Violência Escolar e várias Deputadas e Deputados visitarão diversas Escolas espalhadas pelo País.

Mas a verdade é que é a hora de voltar a alertar para esta situação e exigir do Governo uma actuação que nem sequer é já reactiva em relação à violência escolar...

Não basta criar um Observatório de Segurança Escolar; é necessário implementar medidas que contrariem este quadro negro, que os números, infelizmente, confirmam.
(...)

Ao longo destes dois anos de Governação Socialista, a Senhora Ministra da Educação dedicou-se a um acérrimo e indiscriminado ataque aos Professores.

Para o Ministério da Educação, os Professores foram - e são - o “bode expiatório” de tudo que corre mal no nosso sistema de ensino...

É uma atitude grave, da qual discordamos totalmente, e que promove o desprestígio e desrespeito dos Professores, quando a sua grande maioria tem contribuído, e muito, para a qualificação dos nossos concidadãos.

A Classe Docente merecia e merece mais respeito por parte do Governo, e a atitude da Senhora Ministra não ajuda, com toda a



certeza, a inverter este caldo de cultura que leva a que 390 Professores tenham sido, no ano passado, vítimas de agressão!

(...)

O Grupo Parlamentar do PSD está, politicamente, à vontade sobre esta matéria. Já tivemos a oportunidade de, neste Parlamento, sobre a violência escolar, no ano passado, fazer uma declaração política de alerta para esta questão.

Propusemos, e esta Câmara rejeitou, um Projecto de Lei que iria mudar o paradigma que temos no País, na Gestão das Escolas e que, acreditamos, poderia contribuir para melhorar a segurança nos nossos

estabelecimentos de ensino.

Hoje, uma vez mais, queremos alertar o Governo, todos os seus responsáveis, para este grave problema.

Hoje, uma vez mais, exigimos ao Governo e ao Ministério da Educação que abandone a posição de desvalorização e autismo em relação ao fenómeno da violência escolar.

Hoje, uma vez mais, apelamos ao respeito, por parte da Senhora Ministra da Educação para com a Classe Docente e que de uma vez por todas se termine com este ataque que mina a credibilidade, mas também, a autoridade dos nossos Professores.

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 7 DE MARÇO DE 2007, 15:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Interpelação ao Governo n.º 11/X (PEV)
(Sobre Política para o desenvolvimento rural e agricultura)

QUINTA-FEIRA, DIA 8 DE MARÇO DE 2007, 15:00H
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA
Projecto de Lei n.º 339/X (BE)
(Regime de dispensa de medicamentos ao público pelas farmácias hospitalares do SNS)

Projecto de Resolução n.º 179/X (PSD)
(Criação de uma Comissão Eventual para o Acompanhamento do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional)

VOTAÇÕES às 18H00



Intervenção sobre o Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado

Deputada Rosário Águas
Assembleia da República, 2 de Março de 2007

As motivações apresentadas pelo Governo nesta proposta de lei não permitem discordâncias nem oposição, a quem, como o PSD gosta de exercer a actividade política com honestidade.

Esta revisão do Regime Jurídico do Sector Empresarial está sustentada num conjunto de objectivos que merecem o nosso acordo.

E por isso, foi com um espírito animado, que iniciamos a análise da proposta de lei, concordando com os objectivos que visam melhorar a gestão de um universo de empresas públicas, cujos passivos acumulados, representam no mínimo, 7% do Produto Interno Bruto.

Contudo após a análise do diploma as nossas expectativas sumiram-se, e o que nos sobrou foi um conjunto largo de dúvidas porque não encontramos, uma ligação coerente, entre os objectivos enumerados na exposição de motivos e o articulado do Decreto-Lei, que na substância pouco acrescenta, à actual legislação.

É até difícil de compreender porque é que o Governo propõe uma revisão a um Regime desta importância, e depois não se esforça nem se dá ao trabalho de apresentar um trabalho verdadeiramente consequente.

A nossa convicção é que esta Proposta de Lei que, aparentemente, reforça os deveres de informação e os mecanismos de controlo financeiro não contem as soluções suficientes, nem os requisitos para o cumprimento eficaz dos fins a que se propõe.

A exposição de motivos começa por apresentar como justificação do diploma: A necessidade de harmonização deste regime com o Novo Estatuto do Gestor Público.

Nada de mais pacífico e racional no campo dos princípios mas tarefa impossível para nós, Deputados, a quem o Governo não apresentou ainda tal Estatuto.

Esta é aliás uma atitude recorrente do Governo que apresenta as suas políticas numa lógica de retalho



impedindo esta Assembleia de fazer, uma apreciação política global, da qualidade das iniciativas legislativas.

O Diploma enumera ainda mais três 3 objectivos relevantes:

1. A necessidade de dotar as empresas públicas de modelos organizacionais que potenciem as boas práticas de governação, seguindo o exemplo do Código das Sociedades Comerciais.

2. O reforço da intervenção e tutela do accionista Estado somando, às orientações estratégicas que o anterior diploma já previa, orientações de dois níveis: umas, sectoriais e outras específicas dirigidas a cada empresa pública individualmente.

3. O reforço dos mecanismos de controlo financeiro e os deveres de informação das empresas públicas.

Como referi anteriormente, estes são objectivos de natureza inquestionável. Mas o que importa à Assembleia da República é avaliar se a soluções legislativas propostas são eficazes para o cumprimento desses objectivos.

E por isso eu começava por questionar o Senhor Secretário de Estado sobre o artigo 11 do Diploma:

Está previsto fixar, por despacho ministerial, um conjunto de orientações sectoriais e de orientações específicas destinadas às EP.

Estas orientações, segundo o diploma, destinam-se: a) a vincular a actuação dos representantes públicos; b) a estabelecer critérios para determinar as remunerações dos gestores públicos em causa.

E o diploma esclarece também

que o cumprimento destas orientações será critério de avaliação de desempenho dos gestores públicos.

Até aqui tudo bem. Mas, a questão é que estas orientações não são obrigatórias, são apenas facultativas, bem como é facultativa a quantificação das metas que supostamente devem definir.

E por isso eu pedia ao Senhor Secretário de Estado que nos explicasse a utilidade de inclusão destas normas, normas que só cumpre quem quer.

E como pretende o Governo aplicar um sistema de avaliação de desempenho dos gestores públicos com base no cumprimento de orientações que podem, ou não, existir e cujas metas de aferição serão quantificadas, ou não, dependendo da vontade do Ministro que em cada momento estiver em exercício.

Este diploma nada diz também quanto à fixação das remunerações dos órgãos sociais: CA, comissão de auditoria, comissão de avaliação, etc. Se foi preocupação do Governo inspirar-se no código das sociedades comerciais e no direito privado, este diploma, devia esclarecer sobre quem fixa as remunerações dos gestores públicos.

Na nossa opinião este artigo 11 prevê um conjunto de normas de utilização discricionária que contribuirão para um tratamento, disforme, da totalidade do Sector Empresarial do Estado, o que contraria os desígnios de transparência e de simplificação administrativa que o Governo tanto apregoa.

Gostava também de abordar o novo modelo organizacional. O diploma, inova, ao consagrar a existência de uma comissão de auditoria, cujos membros, serão os administradores não executivos do Conselho de Administração que a comissão de auditoria pretende fiscalizar.

Gostava de saber se o Senhor Secretário de Estado acredita que esta composição da comissão de auditoria lhe dá, mesmo apenas como cidadão, a garantia de independência na execução de funções de fiscalização do CA?

A nós não, porque viola o virtuoso princípio da segregação de funções, requisito elementar de um trabalho independente.

Mas, há mais, é que o Diploma prevê que cabe ao Conselho de Administração a definição das competências da Comissão que supostamente o vai fiscalizar na sua actividade própria.

A isto, chama-se promiscuidade funcional.

Dir-me-á o Sr. Ministro, que este modelo de comissão se inspirou até no direito privado e no CSC.

Mas a verdade é que o Governo importou daquele código apenas uma parte do conceito, porque é o CSC e não o CA quem determina as suas funções, bem como está prevista e imposta por lei a independência da maioria dos seus membros, e estando também determinadas um conjunto de incompatibilidades que esta proposta do Governo não prevê.

De facto a comissão de auditoria em apreço, com as competências que estão previstas, não é mais do que uma secretaria de luxo, com toda a certeza bem remunerada mas de isenção duvidosa.

Não acha Senhor Secretário de Estado que os interesses do Estado ficavam melhor acautelados com a obrigatoriedade de realização de auditorias externas independentes anuais?

Neste Diploma abundam comissões e a emissão e publicação de papel mas há omissões graves quanto ao estabelecimento de incompatibilidades e quanto à garantia do desempenho independente de cada órgão, bem como é omissa quanto às responsabilidades e consequências dos actos de gestão praticados pelos gestores públicos.

O Senhor Secretário de Estado está preocupado em garantir a execução dos planos de investimento e respectivos modelos de financiamento. Nós achamos bem. Mas do que gostávamos mais é que este diploma consagrasse a obrigatoriedade do Governo publicar a contratualização da totalidade das indemnizações compensatórias, justificando financeiramente e para cada empresa pública as transferências de verbas que anualmente são retiradas ao erário público sem que os cidadãos possam conhecer e avaliar a relação custo-benefício subjacente.

Na opinião do PSD este Diploma está muito longe do que se esperava e frustra as perspectivas dos cidadãos ao não prever mecanismos simples e eficazes de garantia e controlo da gestão dos recursos públicos obedecendo à aplicação dos princípios da Economia da Eficiência e da Eficácia.

(...)



Intervenção sobre a nomeação e cessação de funções dos membros das entidades reguladoras independentes

Deputado Hugo Velosa
Assembleia da República, 2 de Março de 2007

(...)
As autoridades reguladoras independentes tornaram-se um elemento essencial da moderna governação das democracias liberais e da economia de mercado. Elas proporcionam um redimensionamento da administração governamental directa ou indirecta, asseguram uma maior separação entre a esfera da política e a da economia, são instrumentos essenciais da própria constituição do mercado concorrencial em muitos sectores anteriormente fora da sua lógica, fomentam uma nova “cultura regulatória”, menos “Estado-dependente”, mais racional e mais objectiva. Com elas, o Estado e a economia têm melhor governação.

Estas, palavras e muitas das que se lhes seguem têm as suas raízes num dos textos mais importantes elaborados no nosso país sobre esta matéria, a chamada “Declaração de Condeixa” de 4 de Outubro de 2002, documento elaborado na sequência dos debates realizados no âmbito do “Fórum de Condeixa”, iniciativa regular do Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, o CEDIPRE.

Entre as razões que militam a favor da independência das autoridades reguladoras importa, nomeadamente, destacar as seguintes:

- Separção entre a política e a economia
- Necessidade de assegurar a estabilidade e segurança do quadro regulatório
- Favorecimento do profissionalismo e a neutralidade política
- Separção do Estado-empresário e do Estado regulador
- “Blindagem” contra a captura regulatória
- Criação de condições que facilitem o autofinanciamento

Mas a independência das entidades reguladoras não é, nem pode ser, um fim em si. Exige um escrutínio democrático forte.

Num Estado de Direito democrático não pode haver independência sem responsabilidade pelo exercício dos cargos públicos. A “accountability” (ou seja, dar conta pública da actividade) é uma exigência básica de todo o poder público. Um défice de responsabilidade pode pôr em causa a legitimidade das autoridades reguladoras independentes.

Por isso, a independência das

autoridades reguladoras implica os necessários mecanismos de responsabilidade. Entre os mais importantes contam-se os seguintes:

- Uma rigorosa definição do mandato da autoridade reguladora
- A transparência e a publicidade
- O relatório regular da actividade regulatória
- A existência de controlos transversais gerais
- A sanção das faltas graves
- O escrutínio da comissão parlamentar competente

Ou seja: a independência dessas entidades não pode equivaler a falta de mecanismos de prestação de contas perante o público e perante o parlamento. Por isso é entendimento geral que a independência perante o Governo deve ser, por assim dizer, “compensada” por um reforçado escrutínio público da sua actividade, incluindo perante as comissões parlamentares competentes.

Permito-me acrescentar um requisito não menos necessário: o do processo de nomeação dos membros dos órgãos de direcção das entidades reguladoras. Precisamos de que agora aqui discutimos.

Julgo ser hoje pacífico que a divulgação do currículo dos nomeados e uma prévia apresentação dos indigitados pelo Governo perante a comissão parlamentar competente poderiam ajudar a reforçar uma imagem de independência.

Mas é nosso entendimento que tal intervenção parlamentar, sendo absolutamente necessária, não é por si só suficiente.

Poder-se-á verdadeiramente falar de “independência perante o Governo” quando, na grande maioria dos casos, a nomeação dos membros dos órgãos de direcção das entidades reguladoras depende única e exclusivamente do Governo, sem a intervenção de qualquer outro órgão de soberania?

Há excepções, é certo. Existe, com efeito, uma entidade reguladora em que a própria Constituição estabelece expressamente que a designação dos seus membros compete à Assembleia da República. Não é, contudo, essa a regra aplicável à generalidade das entidades administrativas independentes que têm vindo a ser



criadas ao longo dos anos mais recentes.

Um exemplo que todos bem recordamos mostra que a exclusividade de competências nas mãos do Governo pode pôr - dizendo melhor, pôe - em causa a respectiva independência e, no limite, pode condicionar - o exercício, pela Assembleia da República, dos poderes de fiscalização que lhe estão cometidos.

Se dúvidas houvesse sobre os limites da interferência governamental, elas foram claramente dissipadas pela forma precipitada como foi posto termo pelo Governo às funções de um responsável de uma entidade administrativa independente, na véspera de uma audição parlamentar para a qual havia sido convocado.

Houve, aliás, quem, logo na altura, tivesse sublinhado com veemência que poderíamos estar em presença do fim da regulação independente no nosso país.

Dir-se-á que foi a primeira vez. Seja como for, foi uma vez a mais. O que era desejável - uma participação alargada dos principais órgãos de soberania e um escrutínio democrático mais alargado - passou a imprescindível.

A democracia não se pode dar ao luxo de voltar a ser confrontada com uma comissão parlamentar vazia porque um qualquer ministro achou por bem antecipar a cessação de funções de um presidente de uma entidade reguladora que havia sido chamado para uma audição sobre o sector por cuja regulação era responsável.

A regulação não pode continuar a

ver a sua independência e a independência dos seus responsáveis posta em causa em nome de uma real ou alegada governamentalização das escolhas realizadas pelos decisores políticos.

Impõe-se, por conseguinte, que o regime de nomeação e de cessação de funções dos membros dos respectivos órgãos de direcção assegure uma participação alargada dos principais órgãos de soberania, favorecendo uma legitimidade e um escrutínio democrático mais alargados.

Nesse sentido, e naturalmente sem prejuízo do direito de iniciativa do Governo, entidade a quem deve competir a formulação das propostas de nomeação dos membros dos órgãos de direcção das entidades reguladoras, propomos que a nomeação de tais membros caiba ao Presidente da República e, por outro lado, que a decisão de nomeação seja precedida da realização de uma audição pública na comissão parlamentar competente da Assembleia da República.

«No meu entender, para dar independência e solidez às entidades reguladoras, o Governo deveria propor e o Presidente da República deveria designar... Precisamos de reguladores acima de qualquer pressão e interesse. Que possam afirmar o interesse nacional, aferido, naturalmente, pelo Parlamento».

Estas palavras, proferidas no dia 8 de Dezembro de 2004, poderiam tê-lo sido por alguns, ou mesmo muitos, de nós. Foram-no, contudo, pelo então Presidente da República Jorge Sampaio, poucos dias após a dissolução da Assembleia.

Mal sabíamos nós que o que se passou entretanto viria a torná-las tão

Notícias de Cascais

VII Mostra de Teatro de Amadores do Concelho

“Onde fica a Fronteira” é a peça de teatro da autoria de Fernando Rebelo, interpretada pelos alunos do Curso de Teatro de Animação da CERCICA, que inaugurou no dia 2 de Março, às 21h30, a VII Mostra de Teatro de Amadores do Concelho de Cascais, no Teatro Gil Vicente, em Cascais.

A decorrer em diferentes salas e colectividades do Concelho, até 22 de Abril, a Mostra de Teatro de Amadores do Concelho de Cascais contará com a actuação de 18 grupos cénicos de Colectividades, Escolas e Centros de Dia do Concelho.

Iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Cascais em conjunto com as Colectividades do Concelho, a Mostra tem por objectivo promover o hábito da ida ao teatro e, simultaneamente, descentralizar a oferta cultural.

Revista à Portuguesa, Teatro Infantil, Musicais ou Dramas são os géneros teatrais subjacentes às diferentes peças apresentadas nesta mostra. As entradas são gratuitas.

O Teatro Experimental de Cascais estreia “Medeia”

O Teatro Experimental de Cascais (TEC) estrepa “Medeia”, de Mário Cláudio, com encenação de Carlos Avilez, no dia 2 de Março, às 21h30.

O monólogo, interpretado por Anna Paula, conta a história de uma actriz que arrasta ao longo da vida a obsessão de representar Medeia, de Eurípedes, e empolgada pela ânsia que se torna matéria da alma, precipita na morte dos que a rodeiam o seu próprio aniquilamento.

A estreia desta peça é também uma forma de homenagear a actriz Anna Paula, a colaborar com o Teatro Experimental de Cascais desde 1984, e que conta já com uma carreira plena de êxitos.

O espectáculo estará em cena até 1 de Abril no Teatro Municipal Mirita Casimiro, no Monte Estoril.

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d’Orey Capucho, esteve presente na estreia da peça.



Bombeiros do Concelho em exposição

“Protecção Civil – Os Bombeiros no Concelho de Cascais” é o mote para a exposição que a Câmara Municipal promove de 1 de Março a 1 de Abril, no Centro de Interpretação Ambiental da Ponta do Sal, em São Pedro do Estoril.

Com o intuito de retratar o melhor que se faz nesta área de intervenção, o núcleo expositivo é assegurado pelo Serviço Municipal de Protecção Civil e pelas cinco Corporações de

Bombeiros concelhias que, durante a mostra, irão dar a conhecer as diversas actividades e acções por si desenvolvidas, especializando-se cada uma num tema, nomeadamente:

- Bombeiros Voluntários da Parede | Saúde e Emergência Hospitalar;
- Bombeiros Voluntários de Alcabideche | Incêndios Rurais;
- Bombeiros Voluntários de Cascais | Salvamento em grande ângulo;
- Bombeiros Voluntários dos Estoris | Incêndios Urbanos e Industriais;
- Bombeiros Voluntários de Carcavelos e S. Domingos de Rana | Desencarceramento.

Sempre que possível, a abordagem aos temas será acompanhada por demonstrações práticas, permitindo, assim, a interacção dos visitantes com os meios utilizados pelos Bombeiros.

A mostra decorre no Centro de Interpretação da Ponta do Sal Estrada Marginal| São Pedro do Estoril, de Terça a Sexta e das 10h00

às 13h00 e das 14h00 às 17h00, Sábados e Domingos das 10h00 às 13h00 e 14h00 às 18h00.

Cascais é notícia no New York Times: «Um subúrbio Lisboa desperta o ‘chique’»

Cascais e os seus atributos deram o mote, em Fevereiro, para um artigo do New York Times, sob o título “Um subúrbio Lisboa desperta o chique” (“A Lisbon Suburb Turns Up the Chic”, na versão original, incluído na rubrica “Surfacing”). Sarah Wildman, jornalista do periódico nova-iorquino, evoca a estadia da família real espanhola durante o exílio imposto pela ditadura de Franco, e aproveita para mencionar a prova anual que se realiza actualmente em alusão a este facto: a Regata Rei D. Juan Carlos. Um passado histórico de referência mais marcado pela presença ao longo de mais de um século de famílias abastadas e pela aristocracia.

Sarah Wildman chama também a atenção para o facto de Cascais se encontrar, neste momento, entre os destinos favoritos de camadas mais jovens da população da Área Metropolitana de Lisboa.

ARTE

Um público que não passa despercebido aos olhos da jornalista do New York Times, é o constituído por negociantes de arte e visitantes de galerias.

De olhos postos na abertura do Centro de Arte Contemporânea da Elipse Foundation, ocorrida em Outubro de 2006, um espaço patrocinado pelo banqueiro português João Oliveira Rendeiro e apostado na divulgação de arte contemporânea portuguesa e internacional, Sarah Wildman lança para as páginas do título nova-iorquino um dos novos ex-libris de Cascais. A arte justifica ainda mais uma referência internacional à futura Casa de Histórias e Desenhos de Paula Rego: “será no centro da vila, ao lado do pequenino Museu do Mar”.

TURISMO

Daqui Sarah Wildman parte para importantes notas à oferta turística em crescimento na vila piscatória, com referências positivas a alguns hotéis e à renovação da Marina – “a meio de um facelift de 150 milhões de euros, com novas boutiques”.

Atendimento Integrado no Município de Cascais



Foi assinado no dia 28 de Fevereiro, no Centro Cultural de Cascais, o Protocolo de Atendimento Integrado no Município de Cascais, que visa potenciar um atendimento social a famílias em situação de risco, vulnerabilidade ou exclusão social.



Parte integrante da Rede Social de Cascais, este protocolo foi elaborado a partir da identificação da necessidade de pré-definir circuitos e procedimentos que todos os agentes sociais devem conhecer para poderem realizar um atendimento ao público mais integrado, com uma metodologia de intervenção que potencia a capacidade de resposta e a eficácia da rede de parceiros concelhios. Em suma, visa caminhar para a resolução efectiva dos problemas dos cidadãos.

A parceria, a estabelecer mediante o presente protocolo, visa informar, orientar e apoiar, através de metodologias próprias, indivíduos, famílias em situação de risco, vulnerabilidade ou exclusão social; promover a melhoria das condições

de vida de indivíduos e famílias no sentido da inclusão social e mobilizar recursos adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional dos indivíduos/famílias.

Trata-se portanto de um desafio à forma de organização das instituições bem como ao modo como interagem entre si e com os cidadãos.

Sobre o programa de Rede Social: Programa da Rede Social é um instrumento estratégico do desenvolvimento local, da dinamização e mobilização dos agentes sociais bem como do conjunto da sociedade em torno das questões inerentes à inclusão social

em geral e à luta contra a pobreza, a exclusão e discriminação dos cidadãos mais vulneráveis em particular.

O Concelho de Cascais incluiu, em 1999, o reduzido grupo de concelhos que a nível nacional aderiram, ainda em fase de Projecto Piloto, ao Programa da Rede Social e recebeu em Novembro de 2000, nas instalações da Escola de Hotelaria do Estoril, o 1.º Encontro Nacional da Rede Social o qual representou um momento de reflexão e avaliação do trabalho desenvolvido bem como de orientações para o futuro do Programa.

Constituídos os órgãos da Rede Social ao nível concelhio – Conselho Local de Acção Social (CLAS) e Núcleo Executivo – e ao nível das seis freguesias – Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e Núcleos Executivos – destacam-se dois momentos decisivos para o Programa da Rede Social em Cascais:

A realização do Diagnóstico Social enquanto instrumento de trabalho dinâmico que permite a compreensão da realidade social local, a identificação das necessidades, a

deteção dos problemas e as suas casualidades, a definição de prioridades de intervenção bem como os recursos e potencialidades entendidas como reais oportunidades de desenvolvimento do concelho. O Diagnóstico Social como instrumento de trabalho resultante da participação de todos os parceiros envolvidos na Rede Social de Cascais é, também por isso, facilitador da interacção e da comunicação entre eles, criando condições sociais, institucionais e territoriais para o sucesso da intervenção que a partir dele venha a ser definida;

o Plano de Desenvolvimento Social (PDS), aprovado em sede de plenário do CLAS a 19 de Outubro de 2005, o qual se institui como o instrumento de metodologia estratégica e integra os eixos prioritários da intervenção social numa lógica de operacionalização de medidas capazes de responder com eficiência e eficácia aos problemas diagnosticados e potenciar o desenvolvimento equilibrado e sustentável do concelho de Cascais. –

Fonte CML/Cascais

Notícias de Salvaterra de Magos

Os “pesos” e as “medidas” do Bloco de Esquerda: PSD apela a presidente e vice, do Bloco de Esquerda, para serem coerentes e suspenderem mandato

A concelhia de Salvaterra de Magos do PSD apelou hoje à presidente e ao vice-presidente do município (eleitos pelo BE) para suspenderem o mandato até que seja clarificada a sua situação nos processos em que são arguidos.

Carlos Marques, presidente da concelhia social-democrata, disse à Agência Lusa que a presidente da autarquia, Ana Cristina Ribeiro, assumiu pela primeira vez, numa reunião privada realizada com os vereadores, ser arguida “em vários processos desde Maio/Junho de 2006” e que o seu vice-presidente, João António Abrantes, é arguido num processo.

Essa mesma situação foi depois assumida publicamente numa reunião de Câmara realizada a 21 de Fevereiro, na qual a autarca terá afirmado ser arguida por não ter sido paga uma coima e por queixas de municípios em processos de licenciamento, acrescentou.

Contactada pela Lusa, Ana Ribeiro disse que só admitiria suspender o mandato se o facto de continuar em funções pusesse em causa o projecto de desenvolvimento que o Bloco de Esquerda tem para o concelho e se criasse instabilidade política.

Estes “dois pesos e duas medidas” dos bloquistas, contrastam com o que se tem passado em Lisboa, onde o vereador do Bloco de Esquerda, José Sá Fernandes, tem pedido a realização de eleições intercalares após a suspensão dos mandatos do vice-presidente, Fontão de Carvalho e da vereadora do Urbanismo, Gabriela Seara (arguida no caso Bragaparques).

Ana Ribeiro confirmou que a Polícia Judiciária fez buscas à sua casa no dia 07 de Fevereiro, procurando sinais exteriores de riqueza, na sequência de uma denúncia de que terá feito licenciamentos com benefício próprio.

A autarca confirmou também ser arguida desde Julho de 2006, na sequência de um processo colocado pelo Ministério Público em 2004 por denúncias num processo de licenciamento de um bar e que esteve na origem da investigação recente da PJ.

Disse ainda ser arguida num outro processo desde há dois meses, na sequência de uma queixa de difamação, devido a declarações que proferiu sobre o processo.

É ainda arguida por uma situação da qual não se considera responsável, ou seja, a não aplicação de uma coima num processo de uma obra particular que tinha sido alvo de embargo e contra-ordenação.

Pedindo à direcção nacional do Bloco de Esquerda que tome uma posição “clara” em relação a este processo em coerência com a tomada de posição assumida em Lisboa, o responsável social-democrata Carlos Marques exigiu que Ana Ribeiro e João Abrantes “assumam as suas responsabilidades”.

O PSD de Salvaterra de Magos quer ainda saber se a presidente tem em curso alguma acção de conciliação por alegada perseguição a funcionários e com o proprietário do terreno onde foi construído o Centro de Interpretação Ambiental “em terrenos que não estavam licenciados para aquele tipo de edifícios”, acrescentou.

No dia 7 de Fevereiro, o gabinete da presidente confirmou a realização de buscas por parte da PJ relacionadas com “alegadas irregularidades de licenciamentos”, mas negou a constituição de arguidos. Afinal, não era verdade!

Fonte da PJ adiantou nesse dia à Lusa que as diligências decorreram no âmbito de investigações iniciadas ainda antes das eleições autárquicas de Outubro de 2005. - Lusa

Notícias de Leiria

Autarquia pede reforço de agentes na rua, para sustentar criminalidade

Os eleitos da Câmara de Leiria reclamaram hoje, numa reunião com a PSP local o reforço do número de agentes nas ruas para fazer face aos problemas de criminalidade da cidade, nomeadamente entre jovens durante os períodos nocturnos.

Os assaltos a jovens em algumas ruas da cidade durante a noite motivou hoje os vereadores do PSD – a que se juntaram os vereadores do PS - a reclamar o reforço do número de agentes na rua, uma situação que o responsável local pela esquadra da PSP disse não poder atender, já que o número de efectivos é muito reduzido.

Para a presidente da Câmara de Leiria (PSD), Isabel Damasceno, a “percepção do cidadão é que não existem polícias na rua” e esta situação tem aumentado as críticas à falta de actuação das autoridades, nomeadamente na malha urbana.

“Da vossa parte, há uma acção esforçada” mas “não se vislumbra um aumento de meios”, afirmou a autarca.

O “aumento de assaltos a jovens” cria um sentimento de insegurança em quem sai à noite na cidade de Leiria.

“Houve o assalto e depois há sempre o trauma que fica”, foi dito na reunião.

Em resposta, o comissário da PSP salientou que existem algumas funções, como a inserção de multas no sistema informático, que podem ser feitas por civis mas a maior parte dos agentes que não saem à rua, apresenta também problemas de idade ou de mobilidade que diminui também a sua disponibilidade.

No entanto, Rafael Marques salientou que o comando de Leiria não recebe nenhum efectivo novo desde 2003 e não há expectativas de qualquer reforço de meios até 2010 para os 480 elementos que o distrito dispõe.

Esta situação é ainda mais prejudicial para um distrito como o de Leiria, que tem nove sub-unidades (esquadras) que necessitam de recursos, obrigando a uma maior divisão dos meios, já escassos.

“Os nossos homens desdobram-se em nove sítios enquanto que, por exemplo, em Coimbra, o mesmo número divide-se apenas por dois sítios (Coimbra e Figueira da Foz)”, exemplificou o comissário.

Numa apresentação sumária da actividade da PSP no concelho no último ano, o comissário, que é também comandante da Secção

Policial de Leiria, salientou que tem havido uma redução de ocorrências em várias matérias, embora se tenha verificado um aumento acentuado de furtos no interior de viaturas (de 331 casos em 2005 para 433 em 2006), uma situação que é favorecida porque, na maior parte dos casos, os proprietários deixam objectos visíveis.

Já a nova organização do mercado bissemanal, com ruas mais largas e mais vigilância, diminui o número de roubos de carteiras, enquanto que o aumento do número de operações policiais nas estradas não correspondeu a uma subida muito significativa dos casos de consumo de álcool ou excesso de velocidade.

“É sinal que os comportamentos estão a mudar”, afirmou Rafael Marques, salientando que o número de acidentes também diminuiu de 877



para 791 nos dois últimos anos.

Em 2007, “vamos aumentar ainda mais as operações” nas estradas, prometeu o comissário, que quer

também reforçar o controlo de armas e explosivos, no âmbito da nova legislação sobre esta questão.

- Lusa

Notícias de Lisboa

A cidade “limpa-se” de publicidade ilegal



A operação de limpeza de publicidade ilegal “Lisboa Cidade Limpa” teve início na noite de 26 de Fevereiro na zona dos Restauradores, com o presidente da Câmara, Carmona Rodrigues, a remover os primeiros cartazes das paredes da Loja do Cidadão instalada naquela área.

Quem passar a partir de agora na zona vai com certeza notar a diferença.

O acto simbólico de Carmona Rodrigues foi o motor de arranque para uma primeira noite de limpeza total dos cartazes da zona dos Restauradores, e que irá abranger nos próximos dias as zonas das Avenidas

da Liberdade e Fontes Pereira de Melo, Praça Duque de Saldanha, Avenida da República, Entre Campos e Campo Grande (ver mapa), removendo toda a publicidade ilegal pelo caminho.

No local, hoje, e ao longo de mais quatro noites, cerca de 25 funcionários (cantoneiros de limpeza, encarregados de brigada, Polícia Municipal e fiscais municipais) – munidos de duas viaturas de remoção de cartazes e de limpeza de graffiti, uma viatura de varredura e aspiração e duas máquinas lavadeiras de alta pressão a quente - vão percorrer o eixo central da cidade, removendo cartazes e afins indevidamente afixados. A operação continuará posteriormente com a remoção de graffiti no mesmo eixo, de forma a garantir uma absoluta ausência de afixação clandestina.

“Há uma determinação, que é justamente termos este eixo central da cidade limpo, a que se seguirão com certeza depois outras zonas da cidade.



Temos o equipamento, temos os meios, mas acima de tudo temos a forte determinação de estarmos a fazer algo de muito bom pela nossa cidade limpa”, declarou Carmona Rodrigues no local, momentos antes de se iniciarem as operações.

Esta operação de combate à publicidade ilegal, vai implicar a remoção de cerca de 2000 mil cartazes e autocolantes colocados em candeeiros, postes, paredes, armários de electricidade, etc., ao longo das artérias do eixo central da cidade. O objectivo é alertar a população para o desrespeito de que a capital tem sido alvo, com a afixação indiscriminada de cartazes e afins, apesar de uma lei em vigor desde 1988 que o proíbe expressamente, mas que ao longo dos últimos 20 anos nunca foi aplicada.

A operação decorre durante as noites da próxima semana, estando concluída na madrugada de sexta-feira. O vereador responsável pelo Pelouro do Espaço Público, António Prôa, sublinha, no entanto, que esta não é uma acção isolada e definitiva. “Não é uma operação que vai resolver todos os problemas de publicidade ilegal na cidade, mas o eixo central da cidade é uma zona com grande visibilidade, pelo que terá a atenção de muita gente. Além de querermos que a partir da próxima semana essa zona esteja sistematicamente limpa, queremos com isto sensibilizar os cidadãos e transmitir a mensagem de que afixar cartazes no espaço público é proibido e é um comportamento censurável, solicitando aos municípios que denunciem este tipo de situações”, explica o autarca.

Esta iniciativa marca a viragem na absoluta passividade que reinou em Lisboa ao longo dos últimos 20 anos e o empenho do executivo em que se faça finalmente cumprir a *Lei n.º 97/88, já que nunca houve qualquer pedido de licenciamento ou se determinou uma contra-ordenação, nem nunca houve aplicação de coimas para os infractores.

Reforço da fiscalização

Esta acção insere-se numa política de reordenamento do espaço público, que já incluiu a remoção coerciva de

várias telas publicitárias ilegais na sequência de um despacho do vereador António Prôa que veio restringir o uso destes suportes publicitários.

Outras acções serão desencadeadas tanto no plano normativo (revisão do Regulamento de Publicidade, que visa a uniformização de normativos avulsos que existiam até agora nesta matéria), como no alargamento da “limpeza” a outras zonas da cidade e no reordenamento publicitário ao nível de outros suportes como pendões, mupis e outdoors.

A reorganização do corpo de fiscalização, mediante o reforço de 4 para 20 fiscais municipais, e a colaboração da Polícia Municipal e PSP, permitirá que o mesmo tenha mais eficácia a impedir a profusão da colagem de cartazes.

Câmara estuda novos meios de divulgação de eventos culturais

A maioria da publicidade colocada ilegalmente, sem licenciamento, refere-se a iniciativas e espectáculos culturais, sendo os seus promotores entidades públicas e privadas, editoras discográficas, agências de publicidade, organizações religiosas, etc. Muitos dos eventos têm frequentemente o apoio da autarquia, como se pode constatar pela presença do logotipo da CML nos cartazes.



Por isso mesmo, a Câmara tomou recentemente a decisão de incluir em todos os protocolos celebrados entre o município e as entidades promotoras de eventos culturais duas cláusulas que impedem toda e qualquer promoção dos eventos em locais não autorizados, sob pena de perderem de imediato o apoio municipal e sofrerem as respectivas coimas por afixação ilegal.

Os promotores têm à sua disposição redes de mobiliário urbano para divulgação dos seus eventos ou produtos, como outdoors, mupis (só estes representam mais de 600 suportes, com 1200 cartazes), abrigos (mais de 1000), colunas, armários, bancas, mastros-bandeiras, entre

pelo Regulamento da Publicidade, publicado através do Edital n.º 35/92, com as alterações introduzidas pelos Editais n.ºs 42/95 e 53/95. Destes dois normativos resulta que a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em bens ou espaços afectos ao domínio público, ou deles visível, fica sempre sujeita a licenciamento prévio da Câmara Municipal. Por outro lado, o Regulamento diz que não podem ser emitidas licenças para afixação de “Cartazes ou afins afixados, sem suporte autorizado, através de colagem ou outros meios semelhantes.”

A lei prevê coimas diferenciadas para pessoas singulares e colectivas –



outras alternativas.

No entanto, a Câmara está a estudar novas formas e novos meios de divulgação, designadamente recorrendo a bons exemplos noutras cidades europeias, para aumentar a oferta de suportes de difusão compatíveis com o ordenamento do espaço público.

*Enquadramento jurídico

Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 23/2000, de 23 de Agosto (Afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda), regulamentada, de acordo com a Lei,

de 3,74€ até 3.740 € e de 3,74 € até 44. 800 €, respectivamente.

Responsáveis: De acordo com o Regulamento Geral de Contra-Ordenações, “se vários agentes participaram no facto, qualquer deles incorre em responsabilidade por contra-ordenação mesmo que a ilicitude ou o grau de ilicitude do facto dependam de certas qualidades ou relações especiais do agente e estas só existam num dos participantes.” E ainda que “Cada participante é punido segundo a sua culpa (...)”

De tudo isto se retira que tão responsável é quem deu causa à afixação, como quem efectivamente a realizou.

Camião da Matemática ensina alunos de Lisboa

O Camião da Matemática está em Lisboa para ensinar os alunos do primeiro ciclo do ensino básico a aprender matemática brincando.

O Camião da Matemática está estacionado na Praça da Figueira, em Lisboa, aberto para que todos os alunos da capital possam ter acesso à matemática através de recurso às mais recentes tecnologias.

O vereador da Educação, Sérgio Lipari Pinto, reuniu-se com os responsáveis desta iniciativa, inteirando-se das potencialidades das novas tecnologias no ensino, em geral,



e na matemática, em especial.

Sérgio Lipari Pinto vai analisar a possibilidade de definir uma estreita colaboração com entidades privadas que permitam a instalação desta nova tecnologia nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, em Lisboa, com a maior brevidade possível.

O Camião da Matemática é uma parceria da Universidade de Aveiro e da Caixa Geral de Depósitos, tendo um programa de acção por todo o país, até 8 de Junho.

Domingos Musicais no São Jorge

A Câmara Municipal de Lisboa e a EGEAC vão apresentar a partir de dia 25 de Fevereiro, no Cinema São Jorge, um conjunto de concertos com a participação de duas importantes orquestras da cidade de Lisboa: a Orquestra Sinfónica Juvenil e a Orquestra da Escola de Música do Conservatório Nacional.

A iniciativa teve a estreia marcada no dia 25 de Fevereiro, mas regressa todos os últimos domingos de cada mês, sempre às 18h e com entrada livre.

Programa
25 de Fevereiro
Orquestra Sinfónica Juvenil
Obras de Max Weber, François Devienne, Johannes Brahms e Bedřich Smetana
Solista: João Vidinha – Flauta
Direcção: Christopher Bochmann
25 de Março
Camerata da Orquestra Sinfónica Juvenil

Obras de W.A.Mozart, J.S. Bach, J. Braga Santos, C. Bachmann, Paul Hindemith, M. Reger, P.I.Tschaikowsky

Direcção: Christopher Bochmann
15 de Abril
Escola de Música do Conservatório Nacional/Coro Ensemble Peregrinação

Continuação do projecto de músicas da lusofonia e cilancicos negros

Direcção: Profª Teresita Gutierrez
27 de Maio

Escola de Música do Conservatório Nacional

Modinhas no Salão: programa de modinhas acompanhadas a piano de mesa e guitarra romântica
10 de Junho

Agrupamento de Câmara da Orquestra Sinfónica Juvenil
Direcção: Christopher Bochmann

- ©CML
Assembleia Municipal quer

Notícias do Porto

Agência de Energia do Porto foi formalmente criada



A Câmara Municipal do Porto subscreveu, através do seu Vice-Presidente e vereador com a pasta do Ambiente, Álvaro Castello-Branco, a escritura pública de constituição da Agência de Energia do Porto (AdEPORTO).

Trata-se de uma associação sem fins lucrativos e que reúne um amplo leque de instituições públicas e privadas ligadas à gestão autárquica

a regulamentação das contrapartidas do Casino

A Assembleia Municipal de Lisboa exigiu hoje ao Governo regulamente, através de despacho do ministro da Economia, o financiamento a conceder à autarquia da capital, no âmbito das contrapartidas da instalação do Casino de Lisboa.

A moção foi aprovada com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PCP e PEV e a abstenção do PS e Bloco de Esquerda.

O Casino de Lisboa foi inaugurado em Abril de 2006, tendo ficado consagrado num decreto-lei uma contrapartida inicial, pela instalação daquele equipamento, de 30 milhões de euros, refere a moção.

Segundo o documento, 35,5 por cento dessa verba destinava-se a um teatro no Parque Mayer, 16,5 por cento para outro equipamento cultural nessa zona da Avenida da Liberdade, 16,5 por cento para a recuperação do Pavilhão Carlos Lopes e 33,5 por cento para um museu nacional a criar pelo Governo no Município de Lisboa.

“Estipulava ainda, aquele

diploma legal, que caberia ao Governo, por despacho do ministro da Economia [Manuel Pinho], ouvida a Câmara de Lisboa, definir os montantes dos financiamentos a conceder, respectivos prazos e condições de utilização”, afirma a moção.

Segundo a AML, “o Governo PS não procedeu a esta regulamentação, omissão e inacção que impedem a Câmara Municipal de Lisboa de projectar investimentos considerados essenciais para áreas nobres da cidade, como sejam o Parque Mayer e o Pavilhão Carlos Lopes, retendo verbas essenciais para Lisboa”.

Foi igualmente aprovada uma moção do PSD em que a AML manifesta a sua “total discordância” com a intenção do Governo de extinguir a Caixa de Previdência dos Trabalhadores da Câmara de Lisboa, que presta apoio social aos funcionários municipais e às suas famílias.

A moção foi aprovada com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PCP, PEV e Bloco de Esquerda e a abstenção dos deputados municipais do PS. – Fontes: CM, Lusa

cuidada na energia.

«A AdEPORTO tenderá sempre a ser uma pequena instituição, mas com uma finalidade e um desígnio grandes; ou seja, contribuir para a melhoria da qualidade de vida urbana, numa área temática presentemente sujeita a um forte gradiente de mudança», referiu o especialista.

Oliveira Fernandes fez, todavia, questão de clarificar que a missão da Agência não passa por «acrescentar algo de físico à acção dos diversos actores na cidade, mas ser uma referência de invenção e de benchmarking, um estímulo, um conselheiro e também um centro de monitorização e observatório da forma de fazer bem aquilo que cabe a cada actor, na sua área específica, sempre que essa acção implique usos de energia, sobretudo se esta for de origem fóssil».

Até 29 de Maio, Dia Nacional da Energia, a AdEPORTO, cuja primeira Assembleia-Geral decorreu hoje mesmo logo após a cerimónia da assinatura da escritura, deverá já estar em condições de poder apresentar à cidade o perfil das suas iniciativas, enquanto instituição vocacionada para a defesa da qualidade do ambiente e do bem-estar dos cidadãos.

Um investimento importante embora imaterial

Por sua vez, o Presidente da CMP congratulou-se com o «nascimento» da Agência de Energia do Porto – um dos muitos investimentos de carácter imaterial que, apesar de não conferirem visibilidade político-eleitoral são determinantes no processo de desenvolvimento e de qualidade de vida de um país ou de uma cidade – salientando o cada vez maior consenso em torno do necessário equilíbrio entre a produção e consumo de energia, por um lado, e a defesa do meio ambiente, por outro.

Sem esconder algumas preocupações a esse respeito, fruto da emergência de poderosas economias mundiais, Rui Rio destacou a necessidade de unir esforços em torno da causa da sustentabilidade energética, recordando, a propósito, o lema das Nações Unidas, ao apelarem para a urgência de pensar à escala global, mas agir localmente.

O autarca, que também ocupa a presidência da JMP, expressou a sua total concordância com Oliveira Fernandes quanto à possibilidade de, no futuro, se proceder ao alargamento da esfera de actuação da AdEPORTO à escala metropolitana.

Aproveitou, por outro lado, para informar que a Empresa Metro do Porto só não subscreveu a escritura de constituição da Agência, porque necessitava de uma autorização do Secretário de Estado do Tesouro, o que poderia demorar mais de um ano, como aliás sucedeu com o processo de constituição da Associação Porto Digital.

Candidatura integrou um grupo de mais quatro cidades europeias

A iniciativa da CMP em criar a AdEPORTO foi estimulada pela apresentação de uma candidatura bem sucedida à comparticipação financeira do programa Intelligent Energy da Comissão Europeia.

A candidatura da AdEPORTO foi apresentada num grupo de mais quatro cidades europeias, entre as quais Bordéus, cidade geminada com a do Porto.

A Agência adoptará um papel indutor e de suporte técnico de novas práticas no tecido urbano, conducentes a uma maior eficiência energética dos edifícios e dos transportes, para além das demais actividades produtivas.

A AdEPORTO está, portanto, vocacionada para, através de parcerias oportunas, apoiar e dinamizar a transição para sistemas de energia mais sustentáveis, disseminando boas práticas de gestão, providenciando informação orientadora e oferecendo uma gama de serviços baseada nas necessidades locais.

A sua estreita ligação a empresas

e instituições na cidade e na Área Metropolitana do Porto insere-se na lógica de que a actividade organizada serão mais produtiva e eficiente do que a mera adição de esforços individuais.

Metro: Junta Metropolitana vai propor um contrato-investimento ao Governo

A Junta Metropolitana do Porto (JMP) vai apresentar nos próximos dias ao Governo uma proposta alternativa àquela que o Ministro dos Transportes e Obras Públicas, Mário Lino, avançou na última reunião, com uma proposta referente à construção das novas linhas do Metro, cujo calendário de execução foi classificado de «inaceitável».

De acordo com o Presidente da JMP, Rui Rio, a proposta metropolitana engloba três vertentes – o modelo de gestão, o de financiamento e o cronograma das obras de cada uma das linhas – este último unanimemente considerado como o aspecto fundamental e determinante, uma vez que o que está em causa é a necessidade irreversível da construção das linhas de Gondomar, Boavista, Laborim e Trofa.

O autarca defendeu, inclusive, que a proposta seja consubstanciada na formulação de um contrato-investimento entre a JMP e o Governo, no qual fiquem bem claros os contornos e o programa das obras, bem como os moldes da sua execução.

Rui Rio voltou a frisar que o investimento na construção daquelas quatro novas ligações do Metro do Porto representa apenas cerca de 10% das verbas inscritas no próximo Quadro de Referência Estratégica (QREN) para toda a Região Norte.

«Se este é o principal investimento da Região Norte e se estamos a falar apenas em 10%, não será provavelmente o problema financeiro que aqui possa causar qualquer constrangimento, pois em matéria de fundos comunitários existem verbas que dão conforto a que esta obra se possa fazer», declarou o Presidente da JMP, que, apesar do tom de moderação adoptado na sua intervenção em nome do necessário entendimento com o Governo, não deixou de lamentar o facto de já se ter perdido mais de um ano no avanço do projecto.

Independentemente das negociações em curso, Rui Rio fez questão de sublinhar que a JMP concorda com o modelo de gestão vigente da Metro do Porto, encarando como negativa qualquer alteração que



vier a ser introduzida neste domínio.

Sem pôr em causa a legitimidade do exercício do poder por parte do Governo, o autarca defendeu, todavia, a continuidade da presença dos autarcas na gestão quotidiana da empresa, enquanto elementos não executivos, atribuindo-lhes um papel catalisador no desenvolvimento das obras e dos projectos, uma vez que são eles que sentem mais directamente a pressão das populações que representam.

Projecto da Circunvalação

Na sua última reunião, a JMP aprovou, por unanimidade, a abertura do concurso público para a escolha do arquitecto coordenador do projecto da Circunvalação.

Recorde-se que este projecto foi alvo de quatro estudos prévios da autoria de quatro arquitectos diferentes, tratando-se agora de escolher quem irá assumir a sua coordenação.

Roteiro dos Espaços Educativos

Foi ainda aprovada a concessão de um apoio extraordinário à Fundação da Casa da Música, da qual a JMP é sócia fundadora, bem como a criação de um Roteiro dos Espaços Educativos, a exemplo do que já foi feito ao nível da Agenda da Cultura.

Trata-se de uma publicação, que conterá informação completa relativa a todos os espaços educativos da Área Metropolitana do Porto, desde a especificação de cursos e formação que cada uma dessas instituições oferece, até ao levantamento dos respectivos equipamentos existentes.

Câmara apresenta “último capítulo” da Carta Educativa

A Câmara Municipal apresentou, no passado dia 26 de Fevereiro, aos Agrupamentos Verticais de Escolas,

o “último capítulo” da Carta Educativa relativo à proposta de reordenamento da rede escolar da cidade do Porto, cujas principais alterações decorrem ao nível dos Jardins-de-Infância e das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

A Carta Educativa do Porto, agora concluída, resulta do diagnóstico da capacidade física e estrutural dos estabelecimentos de ensino e da possível evolução demográfica da cidade para os próximos oito anos. Trata-se de um documento de planeamento estratégico, que reúne um conjunto de propostas e linhas orientadoras que definem o futuro das escolas portuenses.

Neste sentido, este último capítulo contempla o aproveitamento das Escolas Secundárias Soares dos Reis, António Nobre e Rodrigues de Freitas, bem como a criação de novos centros educativos nos núcleos de maior densidade populacional e escolar, como é o caso da Unidade Operativa de Plano e Gestão de Nun'Álvares (zona ocidental); Antas (Plano de Pormenor das Antas); Contumil, Areosa e Cartes (Campanhã).

A proposta prevê também a possibilidade de ser reestruturada a oferta educativa em zonas identificadas como de menor pressão e desadequação da rede, nomeadamente as Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Aleixo, do Gólgota; do Pinheiro; de Carlos Alberto; da Ponte e das Florinhas.

A Carta Educativa vai ser agora submetida à discussão e aprovação no próximo Conselho Municipal de Educação (CME), que decorre em Abril, e terá, posteriormente, de ser aprovada e homologada pelo Ministério da Educação (Direcção Regional de Educação do Norte).

De resto, a Carta Educativa do Porto foi também o tema do último CME, realizado na passada quarta-feira.

Rui Rio recorda e Gabinete GCV é de privados e para privados e a Câmara deve manter-se afastada de eventuais conflitos

O presidente da Câmara do Porto recusou debater, em sede autárquica, a actividade do Gabinete “Comércio Vivo” (GCV), constituído para gerir cinco milhões de euros doados pelo grupo Amorim à promoção do comércio tradicional.

Os vereadores da oposição de esquerda reiteraram, na sessão pública do executivo, uma exigência manifestada a 06 de Fevereiro no sentido de ser esclarecida a actividade do GCV e o destino dado aos cinco milhões de euros.

“Não acho de bom-tom que a câmara se meta nisso”, respondeu o presidente da autarquia Rui Rio (PSD), argumentando que se trata de dinheiro entregue por um privado a outro privado.

O presidente da autarquia afirmou que a oposição pode, se assim o entender, pedir esclarecimentos à presidente do GCV, Laura Rodrigues, “que já se disponibilizou para o efeito”, ou ao funcionário autárquico que integra a administração do gabinete.

Esta posição fora já expressa, em carta enviada por Rui Rio, ao PS, principal partido da oposição na autarquia.

O “Comércio Vivo” - onde a autarquia tem assento, mas apenas como observador, sem qualquer poder executivo - nasceu em 2002 para promover acções que ajudassem o comércio tradicional a enfrentar a concorrência de uma grande superfície comercial, construída na área oriental do Porto, na sequência da aprovação do Plano de Pormenor das Antas (PPA).

No âmbito de um protocolo então assinado, a Aplicação Urbana II, empresa do grupo Amorim, comprometeu-se a atribuir cinco milhões de euros ao GCV, que, por sua vez, assumiu a responsabilidade de promover um conjunto de iniciativas para valorizar o comércio tradicional.

Já este ano, a Aplicação Urbana II moveu uma acção contra o GCV, reclamando a devolução de 2,865 milhões de euros e a extinção ou resolução do protocolo assinado em 2002.

A empresa do Grupo Amorim argumenta também que a ACP levantou 2,52 milhões de euros em Dezembro de 2005, alegadamente para a compra de dois prédios degradados no Porto, que ainda não concretizou.

“A missão da câmara no GCV é de mero acompanhamento. Por isso não faz sentido uma presença política”, justificou Rui Rio. - **CML-Porto**

Madeira

Eleições no dia 6 de Maio, Conselho de Estado reunido na sexta-feira passada

O Presidente da República, Cavaco Silva, convocou hoje para sexta-feira uma reunião do Conselho de Estado para se pronunciar sobre a crise política na Madeira e as eleições vão realizar-se a 6 de Maio.

O anúncio da convocação do Conselho de Estado foi feito no fim de Fevereiro, hoje pela Presidência da República, no final de uma ronda de audiências de Cavaco Silva com as direcções nacionais dos partidos com assento no Parlamento Regional madeirense.

Segundo disseram à Lusa fontes partidárias, o Presidente não terá dado garantias - dado que o Conselho de Estado só se realiza na sexta-feira - mas, nas audiências d do fim do mês, admitiu como razoável a data de 6 de Maio.

PCP e Bloco de Esquerda defendem eleições para meados de Maio, enquanto o PSD e o CDS apenas disseram, no final da reunião em São Bento, que as regiões is devem realizar-se o mais depressa possível.

A delegação do PS não divulgou publicamente qual a data que prefere para as regionais.

O PSD/Madeira já tinha sugerido duas datas possíveis para a antecipação das eleições - 06 ou 13 de Maio.

De acordo com Artigo 133º da Constituição, cabe ao Presidente “dissolver as Assembleias Legislativas das regiões autónomas, ouvidos o Conselho de Estad o e os partidos nelas representados”.

O corte nas transferências de verbas para a Madeira, que atingirá os 34 milhões de euros já em 2007, foi o motivo invocado pelo líder regional madeiren se para se demitir e tentar forçar eleições regionais antecipadas.

PSD-Madeira reforça maioria absoluta, sondagem divulgada no fim do mês passado

PSD-Madeira reforçaria ainda mais a maioria absoluta, com 59,1 por cento dos votos, se as eleições regionais antecipadas se realizassem agora, segundo indica um estudo da Eurosondagem para Diário de Notícias da Madeira e TSF/Madeira, hoje divulgado.

Todos os restantes partidos obteriam resultados inferiores em termos de votos, mas só PSD e PS desceriam no número de deputados, por força da redução do número de deputados na Assembleia Regional, de 68 para 47 lugares.

Os madeirenses também concordam com a decisão de Alberto João Jardim se demitir, embora a vantagem sobre os que se opõem seja menor:

47,6 por cento afirma apoiar a demissão do governo regional, contra 38,1 por cento.

De acordo com o estudo, os sociais-democratas madeirenses, liderados por Alberto João Jardim, subiriam de 53,7, em 2004, para 59,1 por cento agora, ficando com 29 a 30 deputados (44 lugares actualmente).

O PS-Madeira teria 25 por cento dos votos e na Assembleia Legislativa Regional teria 12 a 13 deputados (24,71 por cento e 19 deputados em 2004), enquanto o CDS obteria 5,9 por cento, correspondentes a 2-3 deputados (7,04-4).

Tanto o PCP como o BE manteriam a representação parlamentar:

Os comunistas com 4,8 por cento e 2 deputados (5,51-2) e o Bloco de Esquerda com 3,4 por cento e um deputado (3,66-1).

Os votos brancos, nulos e em outros partidos corresponderiam a 1,8 por cento.

À pergunta sobre se concordam com a decisão de Alberto João Jardim se demitir, 47,6 por cento afirmou estar de acordo e 38,1 por cento disse estar contra.

O estudo foi conduzido nos dias 22 e 23 de Fevereiro, com 525 entrevistas, sendo a margem de erro de 4,27 por cento para um intervalo de confiança de 95 por cento.

As eventuais eleições antecipadas poderão ser marcadas pelo Presidente da República para 06 de Maio, já com as novas regras, que reduzem o número de deputados de 68 para 47.

Cavaco Silva convocou o Conselho de Estado para sexta-feira para o ouvir sobre a crise política na Região Autónoma, provocada pela demissão do governo regional, como resposta à promulgação da Lei de Finanças Regionais.

O anúncio da convocação do Conselho de Estado foi feito segunda-feira, no final de uma ronda de audiências de Cavaco Silva com as direcções nacionais dos partidos com assento no Parlamento Regional madeirense.

Segundo fontes partidárias contactadas, o Presidente não terá dado garantias - dado que o Conselho de Estado só se realiza na sexta-feira - mas, nas audiências admitiu como razoável a data de 06 de Maio.

De acordo com Artigo 133º da Constituição, cabe ao Presidente “dissolver as Assembleias Legislativas das regiões autónomas, ouvidos o Conselho de Estado e os partidos nelas representados”.

O corte nas transferências de verbas para a Madeira, que atingirá os 34 milhões de euros já em 2007, foi o motivo invocado pelo líder regional madeirense para se demitir e tentar forçar eleições regionais antecipadas.

“Não há vitórias antecipadas em democracia” - PSD/Madeira

O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD-M, Tranquada Gomes, lembra que “não há vitórias antecipadas em democracia”, ao comentar a sondagem “Diário/Eurosondagem” que dá uma maioria absoluta ao PSD-M, na ordem dos 59,1 por cento. “É apenas mais uma sondagem e o PSD-M tem é que trabalhar para ganhar as eleições e não confiar muito em sondagens porque todos nós sabemos que elas são falíveis”, adiantou.

Entretanto, o PSD-Madeira repudiou publicamente, em comunicado assinado pelo presidente do Partido na Região, Alberto João Jardim, a sondagem publicada pelo Diário de Notícias madeirense que aponta para um aumento da maioria social-democrata nas eleições legislativas regionais antecipadas.

“Estas sondagens, tal como em eleições anteriores, são uma manobra que visa criar a ideia de vitórias antecipadas, para desinteressar os eleitores de votar e assim, prejudicar o PSD e a resistência do povo madeirense aos ataques de Lisboa”, diz um dos parágrafos do documento.

Neste comunicado assinado pelo presidente da comissão política regional do PSD- M, é destacado que “a imprecisão da sondagem é bem patenteada pelo facto de apresentar, a par dos números propositadamente exagerados apontados ao PSD, uma certa “discordância” pela necessária antecipação das eleições”.

“O PSD não acredita que um quarto dos eleitores seja colaboracionista com tudo o que Lisboa vem abusando sobre o povo madeirense. O PSD não acredita na subserviência a Lisboa por parte de um quarto dos madeirenses”, declara.

Menciona também que a sondagem publicada pelo DN do Funchal é “da responsabilidade de uma empresa de proprietário militante socialista”.

Segundo o estudo da Eurosondagem, encomendado pelo Diário de Notícias da Madeira e TSF/Madeira, se as eleições antecipadas nesta Região se realizassem agora, o PSD-M aumentaria a sua maioria absoluta de 53,7 por cento para 59,1 por cento.

Com a nova lei eleitoral, o PSD-M estaria representado com 29 a 30 deputados (presentemente dispõe de 44 lugares no parlamento insular), enquanto que o PS -M, com 25 por cento das intenções de voto, veria reduzida a sua bancada de 19 para 12 ou 13 elementos.

Quanto aos restantes partidos obteriam resultados inferiores em termos de votos, mas manteriam os seus deputados (CDS com 5,9 por cento- 2 a 3 deputados, PCP com 4,8 pc - 2 deputados e BE com 3,4 pc - um deputado). - **Fonte: Lusa, PSD/Madeira**

Venezuela: José Cesário critica incapacidade dos consulados perante maior afluência

O deputado do PSD e ex-secretário de Estado das Comunidades José Cesário denunciou, em Caracas, a “incapacidade de resposta” dos consulados portugueses perante a maior afluência que se verifica desde o início do ano.

Na sequência da introdução de medidas legislativas pelo governo de Hugo Chávez para colocar o país a caminho do socialismo, tem crescido o número de pessoas que acorrem aos consulados portugueses para obtenção de documentos de identificação.

“A verdade é que os actuais consulados não são capazes de responder, porque faltam recursos (humanos)”, disse Cesário.

Na Venezuela existem duas circunscrições consulares, Caracas (capital) e Valência, a 250 quilómetros a oeste do Distrito Capital, cada uma com vários consulados honorários.

A totalidade de inscritos nos diferentes postos é de mais de 350 mil portugueses.

Segundos os responsáveis pelos consulados gerais de Caracas e Valência, aqueles postos registam, desde Janeiro de 2007, uma anormal afluência de utentes, sobretudo na capital venezuelana, cuja média de atendimento passou de 200 para 300 pessoas por dia.

O ex-secretário de Estado das Comunidades Portuguesas adiantou que há “situações que devem ser corrigidas”, acrescentando: “Valência, não tem vice-cônsul, não tem chanceler e Caracas tem apenas uma chanceler”.

José Cesário defendeu ser altura “do ministro (Luís Amado) e do Ministério (dos Negócios Estrangeiros) dizerem quando é que vão suprir as necessidades muito claras que alguns postos consulares têm hoje em matéria de recursos humanos qualificados”.

José Cesário terminou terça-feira, uma visita de cinco dias à Venezuela, onde manteve contactos com representantes da comunidade lusa, clubes e das autoridades diplomáticas.

Encerramento de consulados “fere a sensibilidade” de José Cesário

O previsto encerramento de alguns postos consulares “fere a sensibilidade” do deputado do PSD e antigo secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, que considera a medida “claramente atentatória” dos interesses e da política externa



portuguesa.

José Cesário expressou o desejo que o ministro dos Negócios Estrangeiros, “depois de ouvir as mais variadas entidades” e ter recebido sugestões e protestos, “tome decisões ajustadas àquilo que deve ser a missão dos nossos consulados no contexto da nossa política externa”.

De visita à Venezuela, José Cesário disse esperar “que o ministro comece exactamente por dizer, publicamente”, quais serão os objectivos da rede consular no contexto da política externa portuguesa.

“Nomeadamente, que missão terão os consulados em áreas como a diplomacia económica, a relação política de Portugal com os governos centrais, estaduais, regionais, locais, dos mais variados países, sobretudo os países que nós consideramos prioritários em termos das nossas relações externas”, acrescentou.

Para José Cesário, chegou também o momento do Governo dizer “se reconhece ou não que há um aumento da emigração portuguesa, porque a revisão da rede consular tem que ser feita também tendo em consideração este aspecto”.

No seu entender, “estão em causa objectivos de natureza política, económica, cultural e obviamente a relação com as comunidades portuguesas”.

O deputado do PSD eleito pelo Círculo de Emigração de Fora da Europa enfatizou que há “situações” que ferem não só a sua sensibilidade como “a de muita gente”.

“Espero que o ministro seja capaz de reequacionar as propostas que estão em cima da mesa e que, para além dos encerramentos, seja capaz também de adiantar quais são as perspectivas a prazo de aberturas”, acrescentou.

Segundo José Cesário, “a rede consular portuguesa tem hoje exigências que não estão cobertas pela

sua dimensão, em variadíssimos países no mundo, quer relativamente a comunidades portuguesas, quer a objectivos estratégicos portugueses muito concretos”.

“Há necessidades por cobrir e que não estão contempladas na actual rede consular”, sublinhou. – **Fonte: Lusa, DN, PSD-Emigração**

José Cesário, no fim da visita à Venezuela, instou os portugueses à intervenção local activa e interventiva

“Estes momentos que se estão a passar aqui são muito importantes para que as pessoas percebam que as comunidades portuguesas em geral devem ser activas e não fechadas, devem intervir em todas as oportunidades e momentos, não só nos países onde estão mas também em relação aos processos políticos dos países de acolhimento”, disse o antigo secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, no final de uma visita de cinco dias a Caracas, onde disse ter encontrado a “comunidade portuguesa confrontada com uma situação de mudança muito profunda mas muito empenhada em que a Venezuela continue a ter o maior desenvolvimento possível”.

“Há apreensão, preocupação, porque algumas mudanças podem vir a atingir alguns interesses e, portanto, faz todo o sentido que haja por parte do Estado português, do governo português, dos órgãos de soberania portugueses, um acompanhamento da situação”, disse.

Sublinhou que esse acompanhamento deve ser feito “no respeito escrupuloso pela soberania da Venezuela”.

Por outro lado, minorizou a hipótese dos emigrantes portugueses estarem a ponderar a possibilidade de regressar definitivamente e em massa a Portugal.

“Eu não encontro esse sentimento (de regresso definitivo).

Pelo contrário, os portugueses querem cá continuar e estão empenhados, com esperança de que as coisas melhorem”.

“Não encontrei pessoas a dizer que querem daqui sair” mas “há preocupação e apreensão, que nos devem levar a ter perfeita consciência do que se está a passar”, disse o deputado, advogando “um acompanhamento não apenas no plano diplomático mas também do governo e dos órgãos de soberania do País (Portugal)”.

José Cesário disse ter encontrado ainda “um grande número de pessoas disponíveis para avançar” com uma delegação do PSD na Venezuela mas, na sua opinião, “este não é o momento adequado”. - **Fonte: Lusa, RDP**

Deputado PSD questiona Governo sobre reforma dos ex-militares

O deputado do PSD pela Emigração, Carlos Gonçalves, quer saber se o Governo pretende regulamentar a lei que prevê a contagem do serviço militar para efeitos de reforma dos antigos combatentes emigrantes.

Num requerimento ao Governo, o deputado eleito pelo círculo da Europa afirma que, “apesar de alguns avanços no plano legal, tudo continua na mesma face à ausência da necessária regulamentação”.

“Apesar de todas as promessas feitas pelo PS de querer solucionar esta que stão de injustiça social”, o também ex-secretário de Estado das Comunidades lemb ra que este é o quarto requerimento que envia sobre a matéria.

O deputado diz ainda que “em Novembro passado, o secretário de Estado das Comunidades se teria comprometido no sentido de, até ao fim do ano transacto, in tervir junto dos Ministérios da Defesa e da Segurança Social”.

“Infelizmente, até à data, o Governo não prestou qualquer tipo de informaç ão”, lê-se no documento.

Realçando a “urgência” do assunto, Carlos Gonçalves considera “fundamental que o Governo esclareça o que pretende fazer sobre esta matéria”.

Por isso, quer saber quais as “razões que levam a que a regulamentação da legislação não esteja ainda concretizada” e “para quando prevê o Governo regulam entar a lei” que regula a contagem do serviço militar para efeitos de reforma do s antigos combatentes emigrantes. - **Lusa**

20 anos depois

No congresso de Maio, Arménio Santos vai abandonar a liderança dos TSD



O deputado do PSD, Arménio Santos anunciou hoje que vai deixar a liderança dos Trabalhadores Social-Democratas (TSD) no Ccongresso da organização, a 19 e 20 de Maio, após mais de 20 anos em funções.

“Não é minha intenção candidatar-me. Já o comuniquei aos órgãos competentes. É tempo de dar condições para existir uma nova liderança, com novos rostos e um novo estilo”, afirmou Arménio Santos à Lusa, no final do Conselho Nacional dos TSD, reunido em Lisboa.

O local do congresso só será definido posteriormente em reunião de secretariado.

Os TSD são a organização autónoma sindical do PSD e Arménio Santos era Secretário-geral desde 1986 e conheceu seis líderes do partido: Cavaco Silva, Fernando Nogueira, Marcelo Rebelo de Sousa, Durão Barroso, Pedro Santana Lopes e Marques Mendes.

Os TSD resultaram da fusão, em 1984, das duas estruturas laborais sociais-democratas que até aí existiam no PSD - os Sócio-Profissionais e a Tesired - Tendência Sindical Reformista Social-Democrata.

No final, o Conselho Nacional dos TSD criticou, em comunicado, o Governo de José Sócrates, que responsabilizou por não cumprir a promessa de criar 150. 000 novos empregos e, pelo contrário, contribuir para que exista “hoje mais desemprego do que há dois anos”.

Retomando argumentos usados pelo PSD no balanço de dois anos de mandato do executivo socialista, os Trabalhadores Social-Democratas criticam a “voracidade fiscal” do PS ao “reduzir ou retirar” isenções fiscais que “beneficiavam pessoas portadoras de deficiência e de obrigar a declarar ao fisco a ‘mesada’ ou a ‘prenda’ oferecida a um familiar ou amigo”.

Medidas “incompreensíveis” e “socialmente injustas” dado que, disse Arménio Santos à Lusa, “não é assim que se reduz o défice” orçamental.
– Fonte: Lusa



BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Braga, para uma reunião ordinária, a realizar na Sexta-Feira, dia 30 de Março de 2007, pelas 21,30 horas, no Hotel Turismo em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Apreciação das Contas de 2006 e do Orçamento para 2007;
3. Análise da Situação Política Local;
4. Análise da Situação Política Nacional.

DISTRITAL LISBOA AREA OESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste, para reunir em sessão ordinária, no dia 30 de Março de 2007 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede da Secção da Lourinhã, sita na Urbanização do Parque Desportivo, lote 27 cave, na Lourinhã, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- Ponto um – Aprovação das contas referentes ao ano de 2006;
- Ponto dois – Análise da situação política;
- Ponto três – Outros assuntos de interesse.

DISTRITAL DE SANTAREM

Ao abrigo do artigo 39º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Santarém, para reunir no próximo dia 30 de Março (sexta-feira), pelas 21h00, no Santarém Hotel (anteriormente designado por hotel Corinthya), situado na Av. Madre Andaluz, nº 1, em Santarém, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- Ponto um: Discussão das alterações propostas pelo Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento Interno da Assembleia Distrital e Aprovação do novo Regimento Interno da Assembleia Distrital
- Ponto dois: Discussão e aprovação das contas de 2006;
- Ponto Três: Análise da situação política.

FELGUEIRAS (Distrital do Porto)

Ao abrigo dos Estatutos

Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Felgueiras, para reunir no dia 14 de Abril de 2007 (sábado), entre as 15h00 e as 19h00, na sede da Secção, sita à Rua Luís de Camões, l/s/n – r/c – Felgueiras, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção do PSD de Felgueiras.

Nota:

As urnas estarão, assim, abertas das 15h00 às 19h00.

as listas deverão ser entregues na Sede Distrital do porto, sita à Rua Guerra Junqueiro, 64 – Porto, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

MARCO DE CANAVESES

De acordo com o artigo 51º dos estatutos do Partido Social Democrata convoco a Assembleia de Secção para reunião ordinária no próximo dia 05 de Abril pelas 21h00 no auditório municipal junto à Câmara Municipal de Marco de Canaveses com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política
- 2 – Apresentação de contas do ano 2006

MATOSINHOS

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Matosinhos, para reunir extraordinariamente no próximo dia 16 de Março de 2007, às 21h00, na sede da Secção, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- Ponto único: Análise da situação Político-partidária.

NÚCLEO DE ALCABIDECHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia (Plenário) do Núcleo de Alcabideche, para reunir no próximo dia 9 de Abril de 2007 (segunda-feira), entre as 19h00 e as 23h00, na sede Concelhia do PSD de Cascais, sita no Largo da Estação., em Cascais, com a seguinte ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: A entrega das listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da eleição, na Sede Concelhia do PSD de Cascais.

NÚCLEO DE AZEITÃO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo do PSD de Azeitão, para reunir, em sessão ordinária, no dia 16 de Março de 2007, pelas 21h30, na sede do Núcleo, sito na Rua José Mesquita Pimentel, lote 24, em Vila Nogueira

de Azeitão, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Informações;
 2. Análise da situação política.

OLHÃO

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes, para reunirem em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Olhão, no dia 24 de Março de 2007, às 16h00, sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 23 r/c, dto, em Olhão, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Informação;
 2. Aprovação do relatório de conta de 2006;
 3. Orçamento para o ano de 2007.

SABROSA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Sabrosa, para reunir no dia 14 de Abril de 2007 (sábado), a partir das 14h30, no Auditório Municipal, sito em Sabrosa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia da Secção e da Comissão Política da Secção.

Nota: as urnas estarão abertas das 14h30 às 17h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral, no Bairro João Paulo II, nº 20, em Sabrosa, entre as 21h30 e as 24h00.

Em qualquer acto eleitoral, apenas constam do respectivo caderno eleitoral os militantes cujas quotas estejam em dia no décimo dia anterior ao da eleição.



CONSELHO DISTRIAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os Delegados ao Conselho Distrital da JSD de Santarém, para a Assembleia Eleitoral a realizar no dia 14 de Abril de 2007, pelas 14 horas, na Sede do PSD, na Rua de São Pedro, n.º 22 – 1.º em Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Órgãos Distritais, (Mesa e Comissão Política).

Notas:

As listas devem ser entregues até às 24 horas, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da

Mesa da Assembleia, ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede Distrital do PSD, em Santarém.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscretores.

As urnas estarão abertas entre as 14h30 e as 16 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém

(António Manuel Jorge)

CONSELHO DISTRIAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Eu abaixo assinado, venho por este meio convocar o Conselho Distrital de Setúbal, a ter lugar no próximo dia 16 de Março de 2007, (sexta-feira), pelas 21horas, no Auditório da Junta de Freguesia da Amora (Seixal), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
 - 2 – Apresentação, Discussão e votação da Moção ao Congresso Nacional da JSD;
 - 3 – Análise da Situação Política.
- A Presidente da Mesa do Conselho Distrital
- (Neuza Salgueiro)

RESENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário da Secção de Resende, para uma reunião a realizar no próximo dia 07 de Abril de 2007, pelas 16:00 horas, na Sede do PPD/PSD de Resende com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleições dos Órgãos da Secção de Resende (Comissão Política e Mesa do Plenário)

Nota: As urnas estarão abertas entre as 16:00 e as 18:00 horas. As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem, estatutariamente, o substitua, na sede Distrital até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Plenário Distrital

(Eduardo José Brás Chaves)

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o plenário ordinário de militantes da JSD da Secção de Santa Maria da Feira, a reunir no dia 17 de Março de 2007, pelas 15 horas, na Sede da Secção, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política;
- 2 – XIX Congresso Nacional da JSD;
- 3 – Outros assuntos considerados de interesse relevante.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção

(Amadeu Albergaria)

CONSELHO DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos, venho por este meio convocar, Conselho Distrital da JSD/Porto, no dia 22 de Março, pelas 21.30, na sede concelhia do PSD/Gaia, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 em Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos.

- 1 - Informações
 - 2 - XIX Congresso Nacional da JSD
 - 3 - Análise da Situação Política
- O presidente da mesa do Conselho Distrital da JSD/Porto
Daniel Fangueiro